



CONSELHO REGIONAL DE  
MEDICINA VETERINÁRIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

## Informativo 78

Ano XXVII - Maio 2020

Mala Direta Postal  
**Básica**

9912283873/DR-SPM  
CRMV-SP

...CORREIOS...

Fechamento autorizado.  
Pode ser aberto pelo ECT.

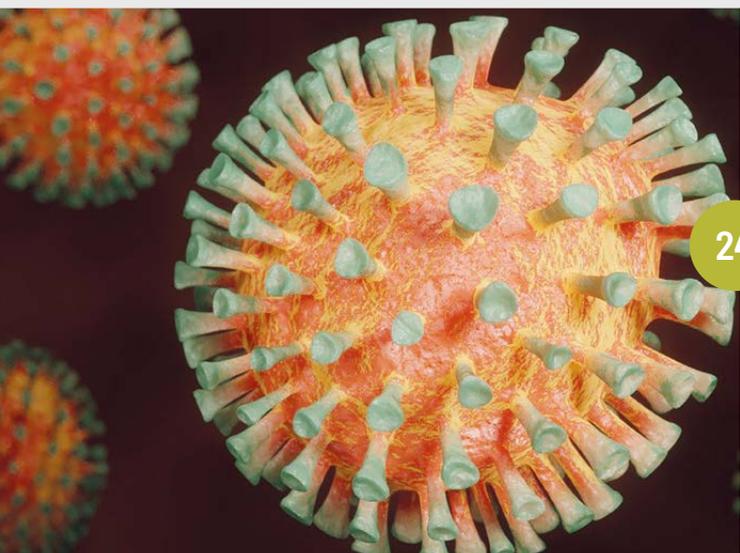
Rua Vergueiro, 1753/1759 - 4º e 5º andares  
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo/SP

### Especialidade em Medicina Veterinária: saiba a diferença entre ser especialista e ter especialização

Atuação de médicos-  
veterinários e zootecnistas  
é primordial durante a  
pandemia do Covid-19

CRMV-SP faz verificação de  
certificados e diplomas para  
evitar registro irregular

# ÍNDICE



- 4 **Por dentro do Conselho**
- 7 **Fazendo a Diferença**  
Silvana Górnaiak é única representante latino-americana da OMS no Jecfa
- 8 **CRMV Responde**
- 9 **Você no CRMV**  
Conheça Marcello Schiavo Nardi e sua paixão por animais selvagens
- 10 **Entrevista**  
Carlos Eduardo Larsson, especialista em Dermatologia Veterinária, fala sobre melhor remuneração aos profissionais que conquistam a titulação
- 13 **Opinião**  
A importância de ser especialista
- 14 **Especial**  
Título de especialista é emitido por entidades habilitadas pelo CFMV e homologado pelos CRMVs, e não deve ser confundido com cursos de especialização, mestrado ou doutorado
- 22 **Perspectiva**  
CRMV-SP lança campanha sobre o futuro da proteína animal
- 24 **Médicos-veterinários e zootecnistas são primordiais durante a pandemia do Covid-19**
- 26 **Regional barra diplomas falsos**
- 28 **Leishmaniose visceral: médicos-veterinários têm papel fundamental na prevenção**
- 30 **Boas práticas veterinárias na gestão de resíduos de saúde animal**
- 32 **e-Sisbravet: sistema do Mapa agiliza atendimentos de emergências veterinárias**
- 34 **Empreender**  
Saiba como lucrar com práticas sustentáveis
- 35 **Publicações Oficiais**
- 35 **Transparência**

## FALE COM A REDAÇÃO

**Endereço:** Rua Vergueiro, 1753/1759 - 4° e 5° andares  
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo (SP)  
**E-mail:** comunicacao@crmvsp.gov.br



fb.com/crmvsp



@crmvs\_sp



@crmvsp

[www.crmvsp.gov.br](http://www.crmvsp.gov.br)

Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

## Informativo 78 – 2020

### Diretoria Executiva

**Presidente:** méd.-vet. Mário Eduardo Pulga. **Vice-presidente:** méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. **Secretário-geral:** méd.-vet. Sílvio Arruda Vasconcellos. **Tesoureiro:** méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. **Conselheiros efetivos:** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Fábio Fernando Ribeiro Manhoso; méd.-vet. Luiz Claudio Nogueira Mendes; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mitika Kuribayashi Hagiwara; méd.-vet. Otavio Diniz. **Conselheiros suplentes:** méd.-vet. Carlos Augusto Donini; méd.-vet. Haroldo Alberti; méd.-vet. Leonel Rocha; zoot. Luiz Marques da Silva Ayroza; méd.-vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. **Chefe de gabinete:** Renata da Silva Rezende.

### Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

**Araçatuba** | Rua Oscar Rodrigues Alves, 55, 7º andar, sl. 12  
Fone/fax: (18) 3622-6156  
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

**Botucatu** | Rua Amando de Barros, 1.040  
Fone/fax: (14) 3815 6839  
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

**Campinas** | Av. Dr. Campos Sales, 532, sl. 23  
Fone/fax: (19) 3236 2447  
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

**Maringá** | Av. Rio Branco, 936, 7º andar  
Fone/fax: (14) 3422 5011  
E-mail: dr.maringa@crmvsp.gov.br

**Presidente Prudente** | Av. Cel. José Soares Marcondes, 983, sl. 61  
Fone: (18) 3221 4303 | Fax: (18) 3223 4218  
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

**Ribeirão Preto** | Rua Visconde de Inhaúma, 490, cj. 306 a 308  
Fone/fax: (16) 3636 0261  
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

**Santos** | Av. Almirante Cochrane, 194, cj. 52  
Fone/fax: (13) 3227 6395  
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

**São José do Rio Preto** | Rua Marechal Deodoro, 3.011, 8º andar  
Fone/fax: (17) 3235 1045  
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

**Sorocaba** | Rua Riachuelo, 460, 10º andar, sala 1005  
Fone/fax: (15) 3224 2197  
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

**Taubaté** | Rua Jacques Felix, 615  
Fone: (12) 3632 2188 | Fax: (12) 3622 7560  
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

### Coordenadoria de Comunicação e Eventos

**Editor responsável:** méd.-vet. Sílvio Arruda Vasconcellos  
**Jornalista responsável:** Laís Domingues – MTB: 59.079/SP  
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br  
**Redação:** Camila Garcia – MTB: 60.003/SP  
**Colaboração:** Deisy de Assis – MTB: 63.300/SP

### Sede do CRMV-SP

Rua Verqueiro, 1753/1759, 4º e 5º andares  
Vila Mariana, São Paulo (SP) – CEP 04011-000  
Fone: (11) 5908 4799  
Fax: (11) 5084 4907  
www.crmvsp.gov.br

**Projeto gráfico:** Patricia Okamoto | Tikinet

**Diagramação:** Elen Carvalho | Mota Produções

**Revisão:** Anderson Floriano | Mota Produções

**Capa:** Freepik

**Impressão:** GDD EDITORA GRÁFICA EIRELI

**Tiragem:** 41 mil exemplares



**Mário Eduardo Pulga**  
Presidente do CRMV-SP

## A ATUAÇÃO DO MÉDICO-VETERINÁRIO E DO ZOOTECNISTA EM TEMPOS DE COVID-19

No momento em que o Brasil enfrenta a pandemia da Covid-19, doença que tem feito vítimas em todo o mundo, o papel dos profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia têm se mostrado de suma importância. Como agentes de saúde e fundamentais na engrenagem do Agronegócio, atuam para que não faltem alimentos em quantidade e qualidade na mesa da população, mantendo a cadeia de produção em funcionamento e garantindo a distribuição de produtos veterinários e de alimentação animal.

Quando o País começou a se preparar para enfrentar e combater o início da transmissão comunitária do coronavírus, o CRMV-SP entrou em cena e enviou ofícios ao governador do Estado de São Paulo, João Dória, e ao Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann, enfatizando a importância de os estabelecimentos médicos-veterinários, como hospitais, clínicas e consultórios, serem listados como essenciais para a população no decreto que definia as regras para a quarentena.

Alertamos também sobre a necessidade de citar como permitido o comércio de alimentos e de produtos para animais, bem como as atividades de inspeção de alimentos e de produtos médicos-veterinários, fundamentais para o abastecimento da população. A pedido do Conselho, o governo publicou a Deliberação 2 do Comitê Extraordinário Administrativo Covid-19 que incluiu os serviços médicos-veterinários entre os listados como essenciais à sociedade.

Sabemos que este é um evento sem precedentes em nosso País, por isso, orientamos que médicos-veterinários e zootecnistas sigam estritamente as recomendações dos órgãos de saúde pública quanto às medidas de higiene, visando à proteção pessoal, de sua equipe e dos tutores de animais de companhia, criadores e produtores rurais. Esta edição traz uma matéria especial a respeito do tema e sobre as medidas tomadas pelo CRMV-SP para contribuir com a contenção da propagação do vírus, visando garantir a saúde de seus colaboradores e profissionais atendidos.

Outro assunto de destaque neste número é referente ao título de especialista. Muito embora as expressões “especialista” e “especializado” guardem certa semelhança, o uso indevido pode resultar em infração ético-profissional. A titulação de especialista em Medicina Veterinária é diferente da maioria das demais profissões, e é conferida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) por intermédio de entidades que cumprem os requisitos em resolução que trata sobre especialidades veterinárias (Resolução CFMV nº 935/2009). Não basta ter feito um curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado para se auto declarar especialista. Fique atento.

Esta publicação traz também uma matéria a respeito de diplomas falsos. Para frear este tipo de prática, o Regional tem tomado medidas bastante criteriosas. Em decorrência do poder regulamentar e fiscalizatório conferido aos conselhos de classe, cabe ao CRMV-SP assegurar o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia por profissional devidamente habilitado e impor multas quando necessário, tendo em vista que a base da relação médico-paciente é a confiança e a transparência.

Caros colegas, vivemos tempos difíceis, de isolamento social e de incertezas econômicas. Diversas medidas têm sido implementadas para mitigar os efeitos perversos sobre as empresas, o orçamento público e a situação das famílias. Vamos vencer essa batalha juntos. Em breve retornaremos às nossas rotinas de trabalho, mas nunca mais seremos os mesmos. Aproveitemos então para obter todo o aprendizado possível de como nossos serviços e relações podem ser aprimorados.

Boa leitura!

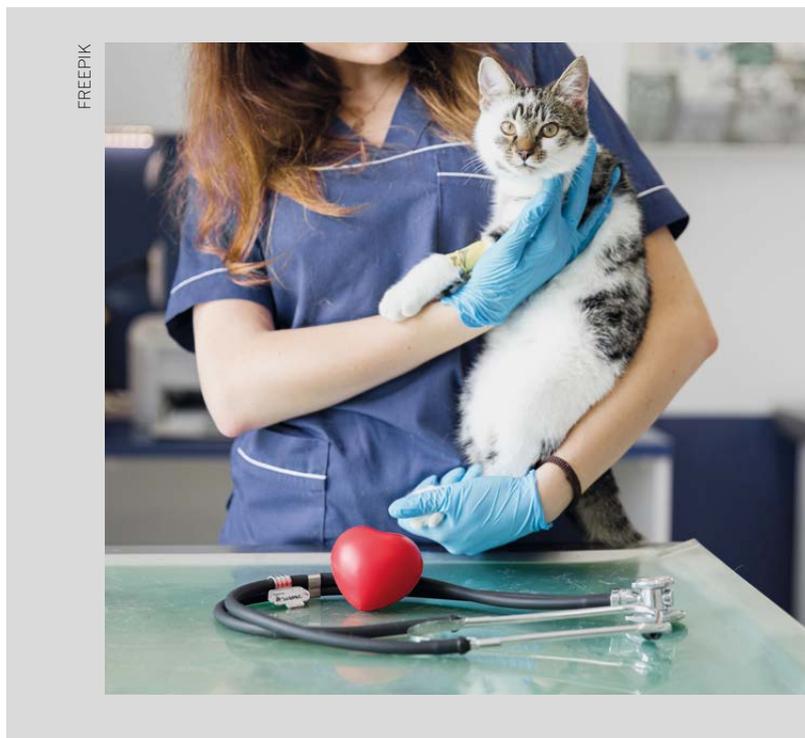
**Mário Eduardo Pulga**

*Nossas profissões terão a grandeza que dermos a elas.  
Esse desafio é de cada um de nós.*

## Por dentro do Conselho

### Serviços médicos-veterinários são listados como essenciais

Neste período de quarentena, para assegurar que as atividades de médicos-veterinários e zootecnistas fossem consideradas essenciais à saúde e bem-estar da população, o **CRMV-SP** enviou ofícios ao governador do Estado, João Dória, e ao Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann, enfatizando a necessidade dos estabelecimentos de médicos-veterinários, produção e alimentação animal permanecerem em atividade durante o isolamento. O Regional atentou para o fato de que no texto do Decreto Estadual n.º 64.881, que determinou a suspensão de atividades de comércio e serviços, não estava claro o entendimento de que os estabelecimentos estavam entre as atividades essenciais que poderiam permanecer em funcionamento. Após o pedido do Conselho, o Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, publicou uma deliberação que trouxe maiores esclarecimentos para as classes médica-veterinária e zootécnica. A permissão, no entanto, não se aplica aos serviços de banho e tosa, uma vez que não foi considerado essencial.



FREEPIK

### Anuidades prorrogadas para o 2º semestre

O **CRMV-SP** também enviou ofício ao Conselho Federal de Medicina Veterinária CFMV manifestando a necessidade de prorrogação do vencimento das anuidades do exercício 2020, tanto para pessoas físicas, quanto para as jurídicas. O Federal acatou a sugestão e prorrogou para 31 de agosto o pagamento, à vista e parcelado, das anuidades. A nova norma altera a Resolução CFMV nº 1.289/2019, que estabelecia os prazos e datas anteriores. “É fundamental permitir que profissionais e empresas tenham mais tempo para se reorganizarem. No momento, a preocupação da classe deve ser a de se proteger para seguir auxiliando os animais e os sistemas de produção que continuarão a necessitar das habilidades dos médicos-veterinários e dos zootecnistas”, disse o presidente do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga.



FREEPIK

### Nova resolução para processo eleitoral dos CRMVs

A Resolução CFMV nº 1.298/2019, publicada em janeiro, traz diretrizes que modernizam e propiciam maior transparência para o processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária CRMVs. O documento amplia a participação social. A partir de agora, qualquer pessoa poderá pedir vistas ao processo eleitoral e até propor a impugnação de candidato ou chapa. O edital de convocação das eleições só precisa ser publicado no Diário Oficial da União e nos canais oficiais de comunicação do CRMV. A sua veiculação em jornais de grande circulação foi dispensada. A nova resolução veda a participação dos funcionários ocupantes de cargos comissionados na mesa receptora de votos e incorpora as regras específicas para o voto eletrônico. O valor da multa aplicada para o não cumprimento da obrigação da votação, baixou de 20% para 5% do valor da anuidade. O próximo processo eleitoral do **CRMV-SP** está previsto para ocorrer em março de 2021.

### Registro de farmácias no Mapa

O **CRMV-SP** esteve na Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para discutir questões sobre a produção orgânica de alimentos de origem animal e, também, da atuação de médicos-veterinários homeopatas paulistanos em propriedades certificadas pelo órgão federal. Na ocasião, o vice-presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero, e o presidente da Comissão de Homeopatia Veterinária do Regional, Fábio Fernando Ribeiro Manhoso, entregaram um ofício tratando do assunto. "Queremos dialogar sobre o registro de farmácias homeopáticas aptas a dispensar medicamentos às empresas que atuam com produção orgânica", disse Mossero.

ACERVO PESSOAL / FÁBIO MANHOSO



### Alteração ou veto do PL nº 30/2019

Foi encaminhado um ofício ao prefeito Bruno Covas solicitando que o mesmo vete ou altere o Projeto de Lei (PL) nº 30/2019, aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo que proíbe a instalação de novos aquários e zoológicos na cidade e limita a atuação dos já existentes. Para o **CRMV-SP**, a redação atual do PL representa um entrave para ações fundamentais em prol da conservação das espécies. No que diz respeito aos zoológicos, o Conselho entende que os mesmos desempenham um papel fundamental para a conservação da biodiversidade como missão prioritária, aliada à pesquisa, difusão de conhecimentos e capacitação profissional, impreterivelmente, condicionadas ao bem-estar animal. A proposta legislativa, por exemplo, proíbe a captura de animais da natureza e a reprodução das espécies em cativeiro, o que faria com que a cidade de São Paulo perdesse a possibilidade de contribuir com os esforços mundiais de pesquisa e conservação de espécies ameaçadas.

PIXABAY



### Capacitação em gestão e marketing

Em fevereiro, o **CRMV-SP** promoveu um ciclo de palestras sobre gestão e marketing destinadas a contribuir para o desenvolvimento dos médicos-veterinários e zootecnistas na área de negócios. A iniciativa é uma parceria do Regional com o professor livre-docente da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), Marco Antonio Gioso. A proposta procura preencher uma lacuna na formação dos médicos-veterinários e zootecnistas, sobre temas que não são tratados, em profundidade, nos cursos de graduação. As datas das próximas palestras serão divulgadas quando as atividades do Regional forem normalizadas.



ACERVO CRMV-SP

# SAIU NA MÍDIA

ACERVO CRMV-SP



Nos últimos meses, os porta-vozes do **CRMV-SP** foram procurados pela imprensa para falar sobre diversos assuntos. Em março, o destaque foi para pautas relacionadas à Covid-19 e ao Decreto Estadual nº 64.881, que inclui os serviços médicos-veterinários entre os listados como essenciais à população. Entre janeiro e fevereiro, os jornalistas chamaram atenção para a importância da hidratação dos animais no verão, segurança alimentar, bem-estar dos *pets* e no aumento da incidência de animais peçonhentos durante as estações mais quentes do ano. A folia de carnaval também foi pauta de diversos veículos de comunicação.

## Total de inserções na mídia

Janeiro	52
Fevereiro	72
Março	69
<b>Total</b>	<b>193</b>

## Veículos

TV Record, G1, TV Band,  
Terra Viva e  
Agência O Globo

## Movimentação dos Processos Éticos\*

Denúncias Recebidas	24
Denúncias Arquivadas	1
Processos Éticos Instaurados	2
Processos Éticos Julgados	31

## Fiscalizações\*

Empresas Inscritas Fiscalizadas	2.107
Empresas Não Inscritas Fiscalizadas	996
Autos de Infração Emitidos	523

## Total de empresas fiscalizadas por Urfa

Sede	103
Marília	209
Campinas	668
Sorocaba	166
Taubaté	402
São José do Rio Preto	343
Araçatuba	252
Santos	284
Ribeirão Preto	676
Presidente Prudente	–
Botucatu	–

\*Período: Janeiro a Março/2020

# SILVANA GÓRNIAK É ÚNICA REPRESENTANTE LATINO-AMERICANA DA OMS NO JECFA

Médica-veterinária **integra a**  
Comissão de Pesquisa Clínica  
Veterinária do CRMV-SP

**S**ilvana Lima Górnjak tem muitos motivos para comemorar. Há mais de dez anos, a médica-veterinária, membro da Comissão de Pesquisa Clínica Veterinária do CRMV-SP representa o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) em diversas comissões e grupos de trabalhos relativos à produção de alimentos de origem animal e vegetal e medicamentos veterinários, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Saúde (MS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Sua *expertise* na área de Farmacologia e Toxicologia Veterinária lhe rendeu uma indicação para atuar no *Codex Alimentarius*, fórum mundial de normatização criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa proteger a saúde dos consumidores e garantir práticas iguais no comércio regional e internacional de alimentos. “O Brasil é o maior exportador de proteína animal do mundo, por isso, é fundamental que tenhamos participação expressiva em reuniões do *Codex*, a fim de externar nossas necessidades e influenciar decisões”, conta.

Silvana explica que dentro da estrutura do *Codex*, há diferentes comitês científicos, como o Comitê FAO/OMS de Especialistas em Aditivos de Alimentos de Origem Animal da Organização das Nações Unidas para Alimentação e

Agricultura (Jecfa), o qual ela também integra. Assim, a partir das avaliações feitas por estes especialistas, o *Codex* toma a decisão para o estabelecimento de valores de resíduos em produtos de origem animal, especificando os níveis seguros de certas substâncias em alimentos. “Já participamos de reuniões em Genebra, na Suíça, e em Roma, na Itália. Estes foram um dos maiores desafios da minha carreira, pois tivemos a oportunidade de realizar estudos juntamente com as maiores autoridades mundiais no que se refere à avaliação de riscos de aditivos em alimentação”, comemora.

Para ser membro do Jecfa-FAO/OMS há uma seleção muito rigorosa, na qual especialistas de quase todos os países do mundo se inscrevem, encaminhando seus currículos para serem avaliados, porém, normalmente, de uma centena de candidatos, menos de 10 são escolhidos. Atuando como especialista de resíduos de produtos veterinários pela OMS, atualmente Silvana

é a única representante dos países latino-americanos.

Recentemente, Silvana foi selecionada para participar de um curso preparatório para integrar outro grupo, o Comitê FAO/OMS de Especialistas em Resíduos de Pesticidas (JMPR), que atuará na área de praguicidas, substâncias bastante utilizadas na agricultura, mas que também têm ampla utilização em animais. “Por exemplo, os organofosforados são amplamente empregados em hortaliças e frutas, mas também como antiparasitários, em diversas espécies animais”, conta a médica-veterinária.

Como docente universitária, Silvana tem a oportunidade de transmitir aos estudantes o quão amplo e importante é a atuação do médico-veterinário. “Saber que estamos contribuindo diariamente com a saúde, não só dos animais, mas também do ser humano, valida a convicção sobre a nobreza da nossa profissão.” ■



# QUAL A SUA DÚVIDA?

O Informativo CRMV-SP agora possui um espaço fixo destinado a esclarecer dúvidas dos profissionais. A cada edição, responderemos alguns dos principais questionamentos que o Conselho recebe diariamente dos colegas por meio de telefone, e-mail e mídias sociais digitais, sobre fiscalização, denúncias, processos éticos, entre outros temas pertinentes à classe médica-veterinária e zootécnica. Qual a sua dúvida? Escreva para: comunicacao@crmvsp.gov.br.

**Alguns médicos-veterinários se negam a aplicar as vacinas de raiva e V10, que custam em torno de R\$ 30,80 cada, alegando falta de qualidade do produto. Estes profissionais recomendam a utilização de vacinas importadas, com valor bem elevado, na faixa de R\$ 150,00 cada. Se as vacinas nacionais são fabricadas e comercializadas legalmente no País, como pode haver tal recusa? Este não é um comportamento ilegal por parte do médico-veterinário?**

De acordo com o Código de Ética do Médico-Veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016), é direito do profissional optar pela utilização dos produtos de sua preferência, desde que devidamente registrados nos órgãos competentes e permitidos pela legislação vigente. Quanto à alegação de falta de qualidade das vacinas de fabricação nacional, é vedado ao médico-veterinário divulgar informações sobre assuntos profissionais de conteúdo inverídico ou sem comprovação científica. Todas as vacinas registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com licenças vigentes, têm autorização para serem comercializadas e utilizadas.

**Como fazer uma denúncia de maus-tratos contra animais?**

As denúncias de maus-tratos contra animais podem ser feitas junto à Delegacia Eletrônica de Proteção

Animal (Depa), por meio do link <http://www.ssp.sp.gov.br/depa>. Na Capital e em 39 municípios da Grande São Paulo, há também o serviço de Disque Denúncia Animal: 0800 600 6428.

**As empresas de plano de saúde animal têm que se registrar no CRMV-SP e apresentar um médico-veterinário responsável técnico (RT)?**

De acordo com a Resolução CFMV nº 1.177/17, é obrigatório o registro de empresa prestadora de serviços de Plano de Saúde Animal ao Conselho Regional de Medicina Veterinária da sua jurisdição, bem como que haja um médico-veterinário como responsável técnico. A Resolução CFMV nº 647/98 dispõe sobre os procedimentos necessários para o registro do Plano de Saúde Animal.

**Qual o poder da fiscalização do CRMV-SP?**

Exigir o registro do estabelecimento no CRMV-SP, a apresentação do responsável técnico pelo estabelecimento e do Certificado de Regularidade emitido pelo CRMV-SP, assim como o cumprimento às resoluções do Sistema CFMV/CRMVs. O Conselho não tem o poder de apreender mercadorias e fechar estabelecimentos. ■





## MARCELLO SCHIAVO NARDI: PAIXÃO POR ANIMAIS SELVAGENS

Conheça a **trajetória do presidente** da Comissão de Médicos-Veterinários de **Animais Selvagens** do CRMV-SP

**M**arcello Schiavo Nardi teve uma infância um pouco diferente dos seus amigos. Enquanto a turma se divertia ao empinar pipa e correr pelas ruas, ele preferia visitar institutos de pesquisa e zoológicos. Quando seu cachorro de estimação ficou doente e precisou ser levado ao hospital da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade São Paulo (FMVZ-USP), Nardi tomou uma decisão. “Tinha dúvidas entre prestar vestibular para Ciências Biológicas ou Medicina Veterinária. Mas, quando vi os profissionais do hospital cuidando do meu cão, fiz minha escolha”, conta.

Animais selvagens, fauna não doméstica e meio ambiente sempre encheram os olhos de Nardi. Naturalmente, a vida o levou a atuar com conservação e manejo de fauna, epidemiologia veterinária e

saúde pública. Mestre em Ciências pelo Programa de Epidemiologia Experimental e Aplicada a Zoonoses da FMVZ-USP, integra, atualmente, a equipe da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 2018, assumiu a presidência da Comissão Técnica de Médicos-Veterinários de Animais Selvagens do CRMV-SP.

São 15 anos de experiência na área. Durante este período, muitos momentos o fizeram se emocionar, principalmente aqueles cuja missão era capturar animais de vida livre para reintroduzi-los à natureza. Ainda recém-formado, trabalhou com tamanduá bandeira, queixada e até onça pintada. “Perder os animais em campo ou durante procedimentos de manejo é muito ruim, mas os momentos em que

conseguimos ajudar são maiores e muito gratificantes”, enfatiza.

À frente da Comissão, Nardi se empenha para oportunizar que cada vez mais médicos-veterinários da área possam se capacitar. “Temos organizado muitos cursos, palestras e ciclos de atualização para médicos-veterinários que atuam com animais selvagens e também para profissionais da saúde. Os membros da Comissão são ativos e os resultados têm sido positivos”, comemora.

Para o médico-veterinário, a área é promissora, mas necessita de regulamentações. “Precisamos conversar sobre as áreas de atuação do médico-veterinário de resgate de fauna, de campo e de zoológico. São pontos que não estão devidamente definidos e que precisam ser discutidos pela classe”, diz. ■

## “VALOR DA CONSULTA DE UM ESPECIALISTA PODE AUMENTAR ENTRE 25% A 60%”, AFIRMA CARLOS EDUARDO LARSSON

Especialista em Dermatologia Veterinária, médico-veterinário fala sobre **reconhecimento** e **melhor remuneração** aos profissionais que conquistam a titulação



Carlos Eduardo Larsson é hoje uma das maiores referências nacionais e internacionais quando o assunto é Dermatologia Veterinária. Em quase cinquenta anos dedicados à Medicina Veterinária, empenhou-se com afinco para desenvolver soluções em saúde que pudessem minimizar e até curar as dores de inúmeros animais que apresentam enfermidades da pele.

Sua trajetória profissional data da década de 1970, quando começou a ministrar aulas de Propedêutica e Clínica Dermatológica no Departamento de Patologia e Clínicas Médicas da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade São Paulo (FMVZ-USP). No início, a missão que lhe foi confiada o amedrontou, mas, posteriormente, lhe trouxe muitas alegrias. “Tive com esse desafio a oportunidade de ministrar mais de 700 palestras em quase todo o Brasil e no exterior, e de apresentar centenas de trabalhos em importantes congressos”, relembra.

A paixão pela Dermatologia Veterinária tomou proporções tão relevantes que, em 1984, o médico-veterinário propôs a criação do Serviço de Dermatologia ao Hospital Veterinário da USP (HOVET-USP). Larsson esteve à frente deste trabalho por 33 anos e respondeu pelo atendimento de mais de 115 mil casos. Nos anos 1990, passou a coordenar, em nível de pós-graduação, disciplinas com enfoque na especialidade de Dermatologia. “Orientei 27 mestres e doutores, dentre eles meu filho primogênito”, orgulha-se.

Gradativamente, Larsson passou a receber inúmeros convites para orientar médicos-veterinários residentes brasileiros e no exterior. A Dermatologia lhe proporcionou, ainda, a possibilidade de viver por um tempo em Barcelona, na Espanha, quando cursou seu pós-doutorado em Dermatopatologia, sob orientação do então vice-reitor da Universidade Autônoma de Barcelona, professor Luís Ferrer, em 2001.

“A medida que víamos aumentar o interesse pela especialidade, eu e o professor Cid Figueiredo, docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Botucatu) e primeiro dermatologista veterinário do Brasil pelo Sistema CFMV/CRMVs, começamos a sonhar com a criação de uma entidade que congregasse dermatólogos

e veterinários brasileiros e latino-americanos”, conta Larsson. O sonho de ambos se concretizou em 2000, ano em que a Sociedade Brasileira de Dermatologia Veterinária (SBDV) foi fundada.

Dono de um currículo invejável, Larsson é autor de 117 trabalhos científicos, 47 capítulos de livros produzidos no Brasil e na Argentina, e co-autor de duas edições do “Tratado de Medicina Externa – Dermatologia Veterinária”, obra indispensável para a biblioteca de clínicos, dermatólogos, estudantes, hospitais e faculdades.

Especialista em Dermatologia Veterinária desde 2018 e conselheiro efetivo do CRMV-SP, Larsson diz que é muito difícil apontar momentos e acontecimentos memoráveis em sua carreira sem se referir às funções acadêmicas e ao associativismo. Em termos de futuro, vê com otimismo o crescimento da especialidade no País. Acompanhe a entrevista.

**Ainda é comum alguns profissionais se intitulem especialistas erroneamente. Quais os prejuízos que uma informação incorreta sobre a formação profissional de um médico-veterinário pode trazer aos animais e para a sociedade?**

Há alguns anos, os conselhos de classe, das áreas médica, médica-veterinária e afins, têm fundamentado em regulamentos, normativas e códigos de ética o que, legalmente, caracteriza o profissional como especialista. As Resoluções do CFMV de nºs 935/2009 (Acreditação e Registro de Título de Especialista em áreas da Medicina Veterinária e da Zootecnia) e 1.138/2016 (Código de Ética do Médico-Veterinário) são bem claras, mas, infelizmente, muitos colegas não se dedicam, cuidadosamente, a essa leitura. A informação incorreta que um “pretensão especialista” vem oferecer à população constituiu-se, no mínimo, em propaganda enganosa e abusiva. Naqueles casos que envolvem as especialidades voltadas à atividade clínica, o “suposto” especialista expõe o animal a graves riscos quanto a diagnósticos incorretos e a procedimentos de terapia falhos. Ao final, a sensação de ter sido ludibriado leva a grande desgaste da profissão aos olhos da sociedade.



**As perspectivas profissionais nesta área não são boas, mas ótimas, pois as dermatopatias representam boa parte da demanda de atendimento em estabelecimentos veterinários.**

**Como tem sido a procura pelo título de especialista em Dermatologia Veterinária nos últimos anos? É uma área que oferece boas perspectivas ao profissional?**

A Sociedade Brasileira de Dermatologia Veterinária (SBDV), habilitada há sete anos pelo Sistema CFMV/CRMVs, realizou em 2018, o primeiro processo de concessão de título de especialista com a aprovação de 62,5% dos inscritos. O número de candidatos à obtenção do título no próximo processo seletivo, que ocorrerá este ano, seguramente será de maior magnitude. Digo isso porque muitos dos interessados na especialidade optaram por aguardar a resultante da primeira seleção, no intuito de constatar o tipo, o grau de dificuldade da prova de conhecimentos específicos e o percentil de aprovação daqueles que se submeteram ao primeiro processo. Hoje, há colegas especialistas em Dermatologia em poucas unidades federativas brasileiras, mas o contingente de associados à entidade, considerando os filiados brasileiros, está em 19 (70,4%) das 27 unidades federativas, ou seja, há tendência de se ter um maior número de candidatos que anseiam a especialidade em Dermatologia. As perspectivas profissionais nesta área não são boas, mas ótimas, pois as dermatopatias representam boa parte da demanda de atendimento em estabelecimentos veterinários, voltados a carnívoros (caninos e felinos), herbívoros (equinos) domésticos e mesmo aos granívoros (aves).

**Um médico-veterinário especialista é reconhecido e valorizado, inclusive com melhor remuneração. É possível estabelecer uma porcentagem de aumento na valorização deste profissional?**

O profissional titulado é muito bem reconhecido e valorizado. Os telefones da SBDV recebem dezenas de ligações diárias de clientes em potencial, que buscam indicação de profissionais voltados à especialidade e, principalmente, de especialistas. Na página oficial da Sociedade na web ([www.sbdv.com.br/](http://www.sbdv.com.br/)) há um link para busca de dermatólogos, espaço esse que é extremamente demandado. Por ora, não há dados compilados sobre valores cobrados pelos especialistas em dermatologia veterinária, mas, é fato que as consultas com especialistas sobrepõem às consultas denominadas gerais, com valores que podem aumentar entre 25% a 60%. Vale ressaltar que na Medicina Veterinária, cada vez mais a oferta de atendimento especializado se concentra em grandes corporações, hospitais e centros de especialidades, diferente do que se observa na Medicina humana. Os profissionais que ali militam, mesmo em se tratando de especialistas, sujeitam-se a receber um percentil variável do montante total pago à corporação.

**O título não é vitalício e deve ser renovado a cada cinco anos. São muitos os profissionais que desistem da renovação por conta das comprovações que se deve apresentar no momento da renovação?**

A SBDV não dispõe de dados de desistência porque os primeiros títulos outorgados caducarão apenas em 2023. A meu ver, o Sistema CFMV/CRMVs é

bastante sábio em considerar o título como transitório e não perene ou vitalício, sendo o seu detentor obrigado a renová-lo a cada cinco anos, sujeitando-se à nova prova de conhecimentos específicos ou comprovando pontuação obtida em contínua atuação na área de especialidade, como participação em palestras, congressos, cursos e apresentação de trabalhos em conclave, entre outros. Isto garante que o especialista com título renovado tenha *expertise*, atuação atualizada na área, precisão nos protocolos de diagnóstico e de terapia aos pacientes e clientes que demandem seus serviços.

### **Quais são as responsabilidades e compromissos que um profissional passa a ter quando o seu título de especialista é homologado pelo conselho de classe?**

As responsabilidades e compromissos ultrapassam aquelas mínimas estabelecidas no Código de Ética do Médico-Veterinário, dispostos nos capítulos: “Princípios Fundamentais”, “Deveres Profissionais”, “Direitos do Médico-Veterinário” e “Comportamento e Responsabilidade Profissional”. Na área específica da especialidade a que seu título está vinculado, o especialista deve ter “sobra” de conhecimentos, pois, na óptica da sociedade e dos clientes que confiam seus animais aos cuidados dos especialistas, tal profissional é “a última esperança” – frase essa que atemoriza o médico-veterinário.

### **Qual é a contribuição esperada à sociedade e à profissão dos profissionais com títulos de especialistas homologados?**

Para a sociedade e, principalmente, à profissão espera-se, no caso específico da Dermatologia Veterinária, que tais profissionais demonstrem conhecimentos dos quadros dermatopáticos, desde os mais frequentes até os mais raros e insólitos, de toda e qualquer espécie animal (carnívoros, herbívoros, onívoros e granívoros, seja os domésticos, os exóticos e os selvagens). Eles devem ter conhecimentos da dermatologia comparada (entre espécies animais e mesmo com o homem) e estar atualizados não só com os protocolos de diagnose, mas, também, e, principalmente, com os de terapia (cruenta ou incruenta). Espera-se, em síntese, profundo conhecimento, atualização, segurança e conduta ética sem mercantilismo, pois os pacientes dermatopatas não só albergam e padecem de enfermidades, como as ostentam aos circunstâncias, estigmatizando os acometidos.

### **Considerando a atual proliferação de cursos de graduação de nível superior existentes no Brasil, o senhor acredita que o crivo estabelecido pelos colégios, sociedades ou associações e a homologação de títulos pelos conselhos de classe possam vir a se tornar uma forma de diferenciar a competência de um profissional?**

A absurda, desonesta e incontrolável proliferação de péssimos cursos de graduação, não devidamente fiscalizados pelo ministério, que atraem sem

a adequada seleção meritocrática muitos incautos às verdadeiras arapucas do ensino veterinário, com docentes mal remunerados, substituindo os experientes e titulados professores, com o único objetivo de redução de custo e aumento da lucratividade, necessita de estrito crivo. Infelizmente, a Medicina Veterinária e sua congêner humana, dentre outras profissões, não têm respaldo legal, embasado em lei, tal como a existente no Direito que obriga à submissão a exame final (e no decorrer dos cursos, o que seria o ideal) dos recém-formados. Nas duas ou três vezes que foi aplicada tal prova, sob a égide do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), houve a reprovação de mais de 50% dos inscritos, evidentemente despreparados. Eu, pessoalmente, me incluo no grupo de docentes, ex-docentes, membros de conselhos da classe, associativistas que temem pelo futuro da profissão a médio prazo.

### **Esses títulos obtidos na pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* podem trazer alguma vantagem para o profissional que quer ter o título de especialista homologado pelo seu conselho de classe? Quais?**

A resultante da frequência nos cursos de pós-graduação, no senso amplo, tanto os de *stricto sensu* (mestrado acadêmico ou profissional e doutorado) como os ditos *lato sensu* (especialização), mas de boa qualidade, trazem inegáveis vantagens àqueles que os cursam. Os de senso estrito verticalizam o conhecimento, quiçá com menos amplitude, mas aumentam em muito o senso crítico e a curiosidade em busca de novas soluções. Aqueles de *lato sensu*, desde que desenvolvidos em ambiente ambulatorial ou nosocomial, de forma presencial, sob a orientação de profissionais com ampla casuística disponibilizada, habilitam não só teoricamente, mas, principalmente, na prática os futuros pleiteantes a títulos a serem homologados. Há que se destacar que títulos acadêmicos (mestrado e/ou doutorado) não devem ser descartados ou não valorizados, mas não são imprescindíveis para a formação de um especialista. Por vezes, uma boa residência em Medicina Veterinária já bem habilita um futuro especialista. ■

“Títulos acadêmicos (mestrado e/ou doutorado) não são imprescindíveis para a formação de um especialista. Por vezes, uma boa residência já bem habilita um futuro especialista.”



## A IMPORTÂNCIA DE SER MÉDICO-VETERINÁRIO ESPECIALISTA

A especialização, na atualidade, é uma demanda profissional, dada ao grande aporte de informações e publicações científicas que inviabilizam a manutenção do *status quo* generalista.

No exterior, especialmente na América do Norte e na Europa, entidades como os Colégios Americano (*American Board of Veterinary Specialties*) e Europeu (*European Board of Veterinary Specialization*) englobam os colégios de cada especialidade e regulamentam os títulos de especialistas para os médicos-veterinários, lá denominados “Diplomas”.

Em ambos os continentes, ter o “Diploma” da especialidade é atingir o mais alto grau de conhecimento e *status* profissional, muito acima de uma pós-graduação em nível de doutorado ou pós-doutorado, inclusive no ambiente universitário. Diplomados têm empregabilidade certa no mundo inteiro, tanto no meio acadêmico, como no privado; a demanda é maior do que a oferta, pois poucos alcançam tal conquista.

Felizmente no Brasil, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) apresenta política semelhante desde 1995, com o reconhecimento das especialidades, a partir da Resolução nº 625, de 1995, atualizada pela Resolução nº 935, de 2009, que “dispõe sobre a Acreditação e Registro de Título de Especialista em áreas da Medicina Veterinária e da Zootecnia”.

Hoje, há entidades habilitadas para concederem Títulos de Especialista nas seguintes áreas de Medicina Veterinária: Homeopatia (2000), Cirurgia (2003), Anestesiologia (2003), Intensiva (2007),

Patologia (2012), Dermatologia (2013), Oncologia (2013), Acupuntura (2014), Clínica Médica de Pequenos Animais (2014), Medicina Felina (2017), Medicina Veterinária Legal (2017), Cardiologia (2017), Oftalmologia (2018), Radiologia (2019) e Higienistas de Alimentos (2019).

Os candidatos devem se vincular e se submeter aos exames destas entidades e, se aprovados, encaminhar a documentação ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) no qual está registrado.

Traçado este breve cenário, qual a relevância do ponto de vista profissional e pessoal em alcançar o título de especialista? Embora haja inúmeros cursos de especialização no Brasil, profissionalmente a única forma legal de se autodenominar e divulgar o próprio trabalho como especialista é obtendo o título habilitado pela entidade relacionada a área e homologado pelo sistema CFMV/CRMVs. Como os títulos requerem revalidação quinquenal, é necessária constante atualização do profissional para que possa mantê-lo.

Com a quantidade de médicos-veterinários na atualidade no Brasil, especialistas se diferenciam sobremaneira no mercado de trabalho, o que agrega, inclusive, benefício financeiro ao profissional.

Mas é do ponto de vista pessoal que penso que o título de especialista traz uma satisfação ímpar, pela sensação de, mediante o esforço, cumprir uma meta imponderável na vida. ■



**Stelio Pacca Loureiro Luna**  
Especialista em Anestesiologia Veterinária e Acupuntura Veterinária. Diplomado pelo Colégio Europeu de Anestesia e Analgesia Veterinária

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do CRMV-SP.

# O PROFISSIONAL ESPECIALISTA

Título emitido por entidades habilitadas pelo CFMV é **analisado individualmente e homologado após análise** pelos CRMVs e aprovação do Federal. Não deve ser confundido com os títulos obtidos em cursos de **especialização, mestrado ou doutorado**

O avanço do conhecimento nas diferentes áreas de atuação profissional de médicos-veterinários e de zootecnistas tem determinado o surgimento contínuo de especialidades. Buscar por uma especialização tem sido um caminho natural para o profissional que quer se destacar na carreira e desenvolver habilidades específicas em uma área com competências tão diversas.

Mas, no que diferem os graus, títulos e especialidades? De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os cursos de especialização *lato sensu* são vistos como meios de aperfeiçoamento profissional e instrumentos de educação continuada que atendem às necessidades do mundo do trabalho. Mestrados e doutorados, modalidade de pós-graduação, dito *stricto sensu*, são voltados para alta qualificação e formação de docentes/pesquisadores. Nenhuma destas titulações devem ser confundidas com o título de especialista, porém a conclusão destes cursos é considerada na avaliação curricular visando a obtenção ou renovação do mesmo.

O termo “especialista” na Medicina Veterinária e na Zootecnia é um título homologado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) àquele emitido por entidades que cumprem os requisitos da resolução que trata sobre especialidades veterinárias (Resolução CFMV nº 935/2009) e que devem estar habilitadas pelo Federal. O profissional que pretende obter o título deve apresentar o seu memorial circunstanciado e se submeter às provas elaboradas pela respectiva entidade.

Atualmente, existem 16 entidades habilitadas à concessão de título (veja no quadro na página 20) e 15 especialidades: Cirurgia Veterinária; Anestesiologia Veterinária; Medicina Veterinária Intensiva; Patologia Veterinária; Oncologia Veterinária; Dermatologia Veterinária; Acupuntura Veterinária; Clínica Médica de Pequenos Animais; Cardiologia Veterinária; Medicina Felina; Medicina Veterinária Legal; Oftalmologia Veterinária; Diagnóstico por Imagem; Inspeção Higiênica, Sanitária e Tecnológica de Produtos de Origem Animal; e Saúde Pública. Desde a habilitação da primeira associação, registrada nos anos 2000, o CFMV já reconheceu 107 títulos de especialistas no Brasil.

Os médicos-veterinários e zootecnistas que não possuem o título de

especialista devidamente registrado no Sistema CFMV/CRMVs estão impedidos de se anunciarem como tal e podem sofrer sanções, além de estarem mais vulneráveis a processos de má prática movidos por proprietários de animais.

## COMO SE PREPARAR PARA SER UM ESPECIALISTA?

O profissional que deseja obter o título de especialista deve escolher uma área e investir em conhecimento. A titulação permite maior empregabilidade, diferenciação no mercado e ascensão na carreira. No caso de clínicas de animais e centros de especialidades, o título é importante porque, inclusive, diferencia os valores das consultas.

Maria Helena Matiko Akao Larsson, médica-veterinária, mestre e doutora em Saúde Pública e professora titular aposentada da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), lembra que já coordenou dois cursos de especialização *lato sensu* em Clínica Médica de Cães e Gatos oferecidos pelo Departamento de Clínica Médica da FMVZ-USP, área da Medicina Veterinária em que é possível pleitear o título de especialista.

Esses cursos apresentavam uma grade curricular bastante abrangente, prestando-se como um dos requisitos para a obtenção ou perpetuação do título. “Os temas abordados incluíam: anatomia; fisiologia; conceito/caracterização; clínica; diagnóstico; prognóstico; tratamento; e, quando pertinente, prevenção das enfermidades dos sistemas respiratório, circulatório, digestório, gênito-urinário, nervoso, endócrino, hematopoietico, além das afecções tegumentares que acometem os carnívoros domésticos”, conta.

Os cursos de especialização são procurados, em sua maioria, por recém-graduados que já decidiram a área em que pretendem atuar, ou por médicos-veterinários, formados há algum tempo, mas que buscam conhecimentos mais especializados.

Os cursos de especialização reconhecidos pela Resolução CFMV nº. 935/2009 precisam ter uma carga horária mínima de 500 horas (400h teóricas/específicas e 100h práticas) cumprida em, no máximo, 36 meses. A residência médico-veterinária, bem como mestrado ou doutorado, também são considerados na avaliação do profissional, contudo, além desses

requisitos, ele também deverá apresentar um memorial circunstanciado, confirmando a atividade profissional na área específica há pelo menos cinco anos.

Aos profissionais que buscam um curso de especialização que os prepare para a obtenção do título de especialista, Maria Helena faz um alerta. “Poucos cursos que se intitulam de especialização na atualidade são, de fato, especialização. A maioria deles não cumpre a carga horária mínima prevista pela Resolução CFMV nº 935/2009.”

Destaque-se, contudo, que o profissional que não concluiu qualquer curso de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* também poderá se candidatar à prova de título, mas, nesse caso, deverá apresentar um memorial circunstanciado que comprove oito anos de atuação na área específica.

O CFMV permite que o profissional tenha títulos de especialista em até duas áreas.

### ATRIBUIÇÕES DO CFMV E DAS ENTIDADES HABILITADAS

Entre as atribuições do CFMV está a análise e homologação dos títulos de especialista conferidos por sociedades, associações ou colégios, ou seja, cabe a ele a acreditação e o registro do título de especialista em áreas da Medicina Veterinária e da Zootecnia, no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs.

A Resolução CFMV nº 935/2009 estabelece os critérios para solicitação de habilitação das entidades, que devem estar consolidadas e legalmente constituídas há pelo menos cinco anos, congregando profissionais estabelecidos em pelo menos cinco unidades da Federação em suas áreas específicas de domínio de conhecimento.

Para uma entidade ser habilitada, ela precisa que, em sua origem, ou seja, em seu estatuto, haja informação de que uma das suas finalidades é a emissão do título de especialista, detalhando as respectivas normas regulamentadoras, que devem se enquadrar nas exigências mínimas estabelecidas pelo CFMV.

As sociedades, associações e colégios de âmbito nacional, habilitados junto ao CFMV, devem congrega contingentes de médicos-veterinários e zootecnistas dedicados às áreas específicas do seu domínio de conhecimento. Essas entidades possuem normas regulamentadoras para a concessão de título de especialista e da sua

revalidação. Dessa forma, é vedado o registro de título de especialista por entidade não habilitada pelo CFMV.

Para não perderem a habilitação as entidades devem renovar o seu registro no CFMV a cada cinco anos. Fernando Rodrigo Zacchi, assessor especial da Presidência do Federal, frisa que as “sociedades, colégios e associações devem comunicar, quinquenalmente, o número de filiados vinculados à entidade, por unidade de Federação, e apresentar a nominata dos seus dirigentes, que devem estar em situação regular com o Sistema CFMV/CRMVs, entre outros documentos”. A falta de concessão do título de especialista pelo período de cinco anos acarretará no descredenciamento da entidade.

Maria Lucia Zaidan Dagle, presidente da Associação Brasileira de Oncologia Veterinária (Abrovet), relata que há muitos desafios para a criação e manutenção de uma associação. “Necessitamos da dedicação e tempo dos membros da Diretoria Executiva e também do apoio dos sócios. É nosso papel sempre trazer novidades e pesquisas de ponta para a atualização dos profissionais”, afirma.

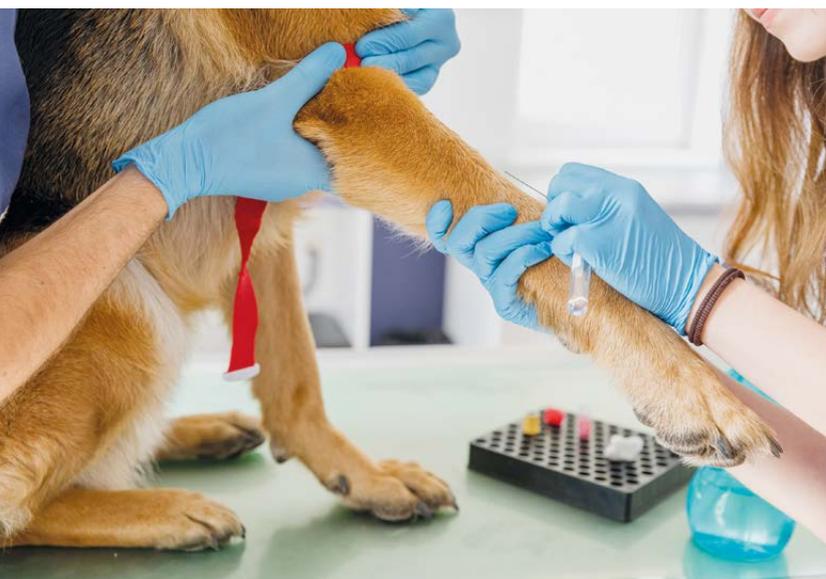
A primeira prova de título de especialista em Oncologia Veterinária foi realizada no ano de 2017. Até o momento, só há três profissionais com titulação de especialista no Brasil conferida pela Abrovet. Maria Lucia conta que nas avaliações da Associação é levado em conta o conhecimento adquirido em patologia, clínica e cirurgia oncológicas veterinárias. “O candidato deve conhecer aspectos teóricos e práticos, bem como a bibliografia atualizada na área”, orienta.

Na última prova realizada pela Abrovet, candidataram-se, principalmente, profissionais da região sudeste que atuam em hospitais veterinários e empresas. “Queremos mudar este cenário. Uma das perspectivas da Associação é fazer cursos preparatórios que possam incluir profissionais de todo o País”, diz a presidente.

Rodrigo Rabelo, fundador da Academia Brasileira de Medicina Veterinária Intensiva (BVECCS), lembra da dificuldade encontrada, em 2015, para a elaboração do primeiro processo seletivo para a prova de título da entidade. “A avaliação foi desenvolvida por especialistas titulados nos Estados Unidos, residentes em Medicina Veterinária Intensiva, e por médicos humanos brasileiros especialistas em Medicina Intensiva. Hoje, com quatro médicos-veterinários titulados no País, as provas estão sendo elaboradas levando-se em conta a realidade brasileira”, conta o profissional, que é um dos primeiros titulados nesta área.

As exigências descritas em edital são rigorosas para o candidato as provas de título da BVECCS, o que, muitas vezes, inviabiliza a participação de recém-formados. “Ele exige, por exemplo, que o profissional tenha, no mínimo, de cinco a oito anos de experiência para se candidatar. É exigido também carta de recomendação, horas de estágio e de participação em eventos científicos. A educação continuada é altamente cobrada dos candidatos”, afirma.

Rabelo conta que nos últimos dez anos a procura por cursos de Medicina Veterinária Intensiva tem sido



FREEMIX



ACERVO CRMV-SP

crecente, porém reconhece que poucos concluem as habilitações e prestam o exame de certificação. Ressalta que alguns desses profissionais passam a se intitular como “especialistas” sem que o processo de obtenção e reconhecimento do título tenha sido formalizado. Essa não é uma realidade exclusiva dos intensivistas. “Existe uma síndrome dos ‘especialistas sem título’, ou seja, quando as pessoas se intitulam especialistas sem terem se submetido à habilitação oficial”, alerta.

A Sociedade Brasileira de Dermatologia Veterinária (SBDV), fundada no ano 2000, cresceu ao longo dos anos e hoje, além de contar com associados de 19 unidades federativas, congrega associados de seis países latino-americanos e um europeu. O médico-veterinário Carlos Eduardo Larsson, um dos fundadores da Sociedade, conta que sempre trabalharam para descentralizar as ações da SBDV por meio de suas Delegacias Estaduais (Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Regional do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), implantadas gradativamente durante as gestões para que se atingisse cada vez mais associados de diferentes estados.

Larsson passou pelos cargos de presidente e vice-presidente, sendo, atualmente, o conselheiro da SBDV. Para ele, a maior batalha é oferecer um calendário de eventos regular aos associados, visto que é a educação continuada que habilita e atualiza os profissionais que desejam se tornar especialistas. “De 2000 a 2018, a Sociedade realizou 96 eventos, dentre eles o primeiro Congresso Brasileiro de Dermatologia Veterinária, eventos esses que congregaram cerca de quase seis mil profissionais brasileiros e estrangeiros”, orgulha-se.

O título de especialista não é vitalício e precisa ser renovado a cada cinco anos. O atual presidente da SBDV, Luiz Lucarts, aprova a renovação, pois ela “garante à sociedade brasileira que os detentores de títulos estejam sempre atualizados”. Ao citar o exemplo da Dermatologia Veterinária, lembra que os protocolos de diagnósticos e de terapias não são estáticos, mas estão sempre sendo aperfeiçoados e aprimorados à medida que são obtidos novos conhecimentos e, portanto, há necessidade de atualização constante e permanente. Nesse particular, as associações e colégios devem se constituir em um fórum permanente de discussão e atualização dos conhecimentos das respectivas áreas.

### A VISÃO DOS ESPECIALISTAS

A formação de graduação do médico-veterinário deve ser generalista, mas o mercado exige, cada vez mais, que os profissionais ofereçam respostas que apenas os especialistas podem dar. “Quem não buscar a especialização será engolido pelo mercado”, afirma Cristina Sartorato, médica-veterinária

ACERVO PESSOAL /  
CRISTINA SARTORATO

Cristina Sartorato, especialista em Dermatologia Veterinária e secretária-geral da SBDV



ACERVO PESSOAL/ RODRIGO RABELO

Rodrigo Rabelo, especialista em Medicina Veterinária Intensiva e fundador da BVECCS

especialista em Dermatologia Veterinária e atual secretária-geral da SBDV.

Proprietária de uma clínica e de um pet shop, Cristina conta que aumentou o interesse dos clientes em relação à sua especialidade. “A percepção da qualificação fez com que os tutores passassem a valorizar os quadros dermatológicos, diferenciando o atendimento clínico geral do especializado. Devido à credibilidade do título, passei também a ser procurada por empresas do setor pet para treinamentos e assessorias”, afirma.

Com o mercado cada vez mais competitivo, apostar na especialidade é o que garante a diferenciação em relação aos concorrentes. “Hoje, os animais são considerados membros da família e os tutores buscarão sempre, e cada vez mais, os melhores profissionais para cuidarem de seus pets. O título é um elemento comprobatório de excelência”, frisa.

Especialista desde janeiro de 2019, Cristina acredita que há excelentes médicos-veterinários no mercado que se interessam pela especialidade, mas que ainda não tiveram a coragem de se submeter ao processo regulamentar para a obtenção do título. Ao se identificar com uma área, o profissional deve traçar estratégias bem definidas para se aprimorar e investir tempo e energia nos estudos, o que pode desmotivar alguns candidatos.

“Houve muitas dificuldades durante o período em que eu me preparava para as provas, mas procurei motivação para superá-las e não desistir. O título em mãos agrega valor, mas é fundamental que o profissional se mantenha atualizado, publicando trabalhos científicos e participando de congressos e palestras, o que será considerado no momento da renovação do título a cada cinco anos”, declara.

Rodrigo Rabelo, especialista em Medicina Veterinária Intensiva desde 2016, é enfático ao dizer que, mesmo

com o título de especialista homologado, quem cria as oportunidades é o profissional. “Eu não posso esperar que o mercado me abrace como especialista da noite para o dia. Este é um processo que venho construindo desde que me graduei”, acredita.

Antes da titulação, Rabelo conta, o valor de sua hora/aula em cursos de pós-graduação *lato sensu* estava na faixa de R\$ 250, e, hoje, saltou para R\$ 500. Muitas instituições e empresas que preferem trabalhar com profissionais não especialistas deixaram de convidá-lo para trabalhos, mas ele garante que sua agenda continua cheia. “Conheço colegas titulados em Medicina Veterinária Intensiva que chegaram a receber propostas de trabalho para ganhar R\$ 15 mil ao mês”, afirma.

Como fundador da Academia Brasileira de Medicina Veterinária Intensiva (BVECCS), Rabelo faz um apelo às empresas privadas e às instituições de ensino no que diz respeito à valorização do profissional. “É preciso ficar claro que são os médicos-veterinários titulados que devem chefiar as equipes e comandar os residentes e os não-especialistas. Os hospitais particulares precisam pagar melhor para que eles possam realizar os serviços de urgência e emergência com maior margem de sucesso.” ■

## MODALIDADES DE ENSINO

### Especialização (*lato sensu*)

Este é um curso que informa, atualiza e capacita o profissional que está no mercado de trabalho. Diferentemente da graduação, generalista por excelência, a especialização confere habilidades técnicas específicas a determinado tema, com programas nas mais diversas áreas de conhecimento. O curso de especialização deve ser reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CNE/MEC).

### Residência em Medicina Veterinária

É uma modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu* que se caracteriza por oferecer um programa intensivo de treinamento supervisionado em serviço. A Resolução CFMV nº 895/2008 dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Residência em Medicina Veterinária. Seu objetivo é capacitar o profissional para o atendimento de demandas do mercado de trabalho

voltadas para o diagnóstico, o tratamento e o controle de afecções que acometem animais domésticos. Atualmente, são ofertados programas de residência em área profissional da saúde, estruturados de acordo com portarias interministeriais e resoluções da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, que envolvem o estudo em animais e trabalhos nas unidades básicas de saúde afetas ao Sistema Único de Saúde.

### Mestrado acadêmico (*stricto sensu*)

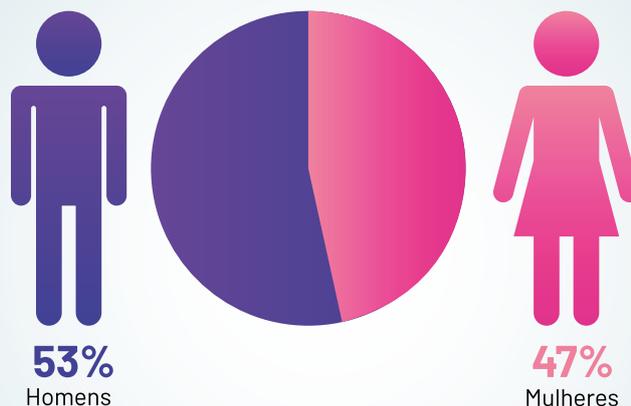
É um tipo de pós-graduação *stricto sensu* voltado para uma alta qualificação em demandas específicas do mercado de trabalho. É recomendado para estudantes que buscam ampliar o conhecimento sobre um tema de interesse acadêmico e também pretendem exercer carreira no meio acadêmico, como professores ou pesquisadores. O mestrado visa formar pesquisadores que depois irão passar para o próximo nível, que é o doutorado. Pode-se fazer o doutorado direto, quando o aluno de graduação possui um desempenho muito bom durante seu curso e já trabalhou em um projeto de iniciação científica.

**Mestrado profissional (*stricto sensu*)**

Enfatiza estudos e técnicas diretamente relacionados ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Os cursos buscam atender a uma necessidade latente de formação de especialistas egressos do ambiente universitário, abordando temas mais conectados ao mundo do trabalho e apostando nos conhecimentos adquiridos na universidade. As linhas de pesquisa se aplicam, prioritariamente, ao estudo de técnicas, processos ou temáticas, ligados ao mercado de trabalho. Possui o mesmo valor de mercado do mestrado acadêmico e permite que o estudante possa continuar os seus estudos para a obtenção do doutorado *stricto sensu*.

**Doutorado (*stricto sensu*)**

Curso que oferece um conhecimento teórico mais aprofundado que o mestrado, onde o aluno busca avanços reais e pertinentes na sua área de conhecimento. Normalmente, é concedido após o profissional já possuir o grau de mestrado, entretanto, é possível cursar o doutorado direto, logo após a graduação, se a instituição de ensino considerar relevante a proposta de pesquisa do aluno. Ele também é voltado para quem pretende seguir carreira na área acadêmica, seja como professor ou pesquisador, pois se espera que a pessoa adquira a capacidade de trabalhar na fronteira do conhecimento da sua área, desenvolvendo e orientando teses e trabalhos independentes, inovadores e criativos.

**110 TÍTULOS DE ESPECIALISTA NO BRASIL****Áreas com maior percentual de especialistas****Percentil de médicos-veterinários especialistas segundo o gênero**

**Tabela.** Entidades habilitadas pelo CFMV, segundo a área do conhecimento, a denominação, o número de profissionais com títulos homologados e as respectivas informações para o estabelecimento de contato. Brasil, abril de 2020.

Especialidade	Associação	Quantidade	Site	Contato
Homeopatia Veterinária	Associação Médica Veterinária Homeopática Brasileira (AMVHB)	20	www.amvhb.org.br	(67) 9.8115-4937 contato@amvhb.org.br
Anestesiologia Veterinária	Colégio Brasileiro de Cirurgia e Anestesiologia Veterinária Colégio Brasileiro de Anestesiologia Veterinária (CBAV)	16	www.cbav.org.br www.cbav.org.br	contato.cbav@gmail.com (19) 99187-2974 carregero@usp.br
Cirurgia Veterinária	Colégio Brasileiro de Cirurgia e Anestesiologia Veterinária	31	www.cbav.org.br	contato.cbav@gmail.com
Medicina Veterinária Intensiva	Academia Brasileira de Medicina Veterinária Intensiva	2	www.bveccs.com.br	(61) 9.8301-3196 intensivet@gmail.com
Patologia Veterinária	Associação Brasileira de Patologia Veterinária (ABPV)	8	www.abpv.vet.br	(18) 98156-0008 tesouraria@abpv.vet.br
Oncologia Veterinária	Associação Brasileira de Oncologia Veterinária (Abrovet)	3	www.abrovet.org.br	contato@abrovet.org.br
Dermatologia Veterinária	Associação Brasileira de Dermatologia Veterinária (ABDV)	5	www.sbdv.com.br	(11) 5051-0908/2275-2431
Acupuntura Veterinária	Associação Brasileira de Acupuntura Veterinária (Abravet)	17	www.abravet.com.br	(14) 3881-6252 / 3815-9047 stelio@fmvz.unesp.br
Clínica Médica de Pequenos Animais	Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa - Brasil)	*	www.anclivepabrasil.com.br	ascom@anclivepabrasil.com.br
Cardiologia Veterinária	Sociedade Brasileira de Cardiologia Veterinária	*	www.sbcv.org.br	(11) 5561-1427
Medicina Felina	Academia Brasileira de Clínicos de Felinos (ABFel)	*	www.abfel.org.br	contato@abfel.org.br
Medicina Veterinária Legal	Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal	*	www.abmvl2014.wordpress.com	(41) 9609-5726 (61) 9609-8726 servio.reis@gmail.com
Oftalmologia Veterinária	Colégio Brasileiro de Oftalmologistas Veterinários (CBOV)	*	www.cbov.org.br	contato@cbov.org.br
Diagnóstico por Imagem da Medicina Veterinária	Associação Brasileira de Radiologia Veterinária (ABRV)	3	www.abrv.org.br	(11) 5579-5744
Inspeção Higiênica Sanitária e Tecnológica de Produtos Animais, Tecnologia de produtos de Origem Animal e de Saúde Pública	Colégio Brasileiro de Médicos-Veterinários Higienistas de Alimentos	5	www.cbmvh.org.br	cbmvha@gmail.com
<b>Total</b>		<b>110</b>		

\* Nenhum profissional com o título homologado pelo CFMV até o presente

### COMO SOLICITAR O REGISTRO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA

Para obter mais informações sobre como solicitar o registro do título de especialista, acesse a Carta de Serviços do CRMV-SP (página 54), disponível no site do Conselho, ou acesse aqui: [https://www.crmvsp.gov.br/servicos\\_on-line/Carta\\_de\\_Servicos\\_CRMV\\_SP.pdf](https://www.crmvsp.gov.br/servicos_on-line/Carta_de_Servicos_CRMV_SP.pdf).





13 DE MAIO

# DIA DO OOTECNISTA



## ALIMENTANDO O MUNDO HOJE E AMANHÃ

Os alimentos que chegam a nossa mesa dependem também do trabalho dos profissionais da Zootecnia. Eles atuam aprimorando a produção por meio de melhoramento genético, manejo, nutrição, cuidados com o bem-estar animal e gestão ambiental. Tudo para que o mundo tenha alternativas e recursos que possibilitem alcançar a sustentabilidade alimentar.





# CRMV-SP LANÇA CAMPANHA SOBRE O FUTURO DA PROTEÍNA ANIMAL

Iniciativa celebra o **Dia do Zootecnista** e visa conscientizar profissionais e sociedade sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

O CRMV-SP lança nova campanha em comemoração ao Dia do Zootecnista (13/5), com o tema “Alimentando o mundo hoje e amanhã”. A proposta é promover e estimular debates sobre a atuação do zootecnista na busca por alternativas e recursos que possibilitem alcançar a sustentabilidade alimentar no País e em todo o mundo, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Lançada em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, na Assembleia Geral da ONU, nos Estados Unidos da América (EUA), a agenda de metas é composta por 17 medidas que devem ser implementadas por todos os países do mundo até 2030, com destaque ao objetivo 2, no qual a campanha do CRMV-SP está baseada: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição.

De acordo com Luiz Ayrosa, zootecnista e conselheiro do CRMV-SP, os alimentos que chegam à mesa dos consumidores dependem também do trabalho dos profissionais da Zootecnia. “Os zootecnistas atuam na produção animal nas áreas de melhoramento genético, manejo, nutrição, cuidados com o bem-estar animal e gestão ambiental, sempre buscando possibilitar a sustentabilidade alimentar”, afirma.

Para alimentar uma população estimada em 9,6 bilhões até 2050, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) prevê um aumento de 70% na demanda global por produtos pecuários. Alinhado a este crescimento, observa-se um consumidor cada vez mais preocupado com a forma com que os animais são tratados, dando preferência a produtos que atestem a qualidade de vida de bovinos, aves e suínos.

“As pessoas ficam mais satisfeitas ao verem as suas demandas atendidas pela indústria de alimentos que possibilitam o consumo de produtos mais seguros”, explica o zootecnista e professor do Departamento de Zootecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Jaboticabal), Dr. Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa.

Para atender a esse nicho de mercado, a indústria já está transformando os seus sistemas de produção. Sob essa perspectiva, destaca-se o sistema *cage free*, que consiste na criação de galinhas em espaço aberto, fora das gaiolas. Diferente da produção convencional, em que as aves ficam presas em espaços coletivos que podem alojar muitos animais ao mesmo tempo, neste formato as poedeiras ficam soltas nas granjas, em espaços bem maiores.

“O sistema permite às aves expressar comportamentos naturais e maior socialização entre indivíduos, o que preenche alguns requisitos do seu bem-estar”, afirma o zootecnista José Evandro de Moraes, pesquisador científico do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Outra tendência de mercado são os ovos orgânicos. Moraes ressalta que os sistemas de produção de orgânicos seguem alguns pilares específicos, como a proibição de uso de antimicrobianos convencionais como promotores de crescimento. “O papel do zootecnista é fundamental para garantir o bem-estar animal e uma produção de ovos de maior qualidade, seja por meio da formulação e controle de qualidade de dietas, seja pelo manejo ambiental, respeitando as características fisiológicas das aves”, esclarece.

Ivanna Moraes de Oliveira, doutora e pesquisadora na área de Produção Animal e Qualidade de Carne, aposta no aumento do consumo de carnes *commodity* e no mercado *gourmet*, este último especialmente devido ao trabalho do zootecnista, que “traz progressos nos sistemas de gado de corte, permitindo a produção de animais mais jovens, carcaças de melhor qualidade, além dos diferenciais determinados pelo tipo de animal utilizado, como a engorda de novilhas para a produção da carne”.

## PROTEÍNA ANIMAL ALTERNATIVA COMO FONTE DE ALIMENTO

Como alimento para o futuro, há quem aposte em uma culinária que já está bastante presente na mesa de países africanos e asiáticos: os insetos. Estudos mostram que, além de benefícios nutricionais, essa é uma alternativa sustentável e viável, que pode ser a chave para a erradicação da fome.

O zootecnista Gilberto Schickler, criador das empresas Nutrinsecta, primeira empresa brasileira especializada na produção em massa de insetos comestíveis, e da BombyxBugs, produtora de lagartas vivas de bicho da seda para alimentação animal, explica que insetos tem baixo custo de produção e ciclo de vida. “Atualmente, cerca de 200 espécies de insetos são comestíveis, como moscas, grilos, gafanhotos, bichos da seda e até mesmo as aranhas caranguejeiras. As pesquisas sobre tecnologia e ganho de escala estão em pleno desenvolvimento e este mercado tende a ser cada vez mais disputado”, afirma.

Os insetos poderão ser um alimento de origem animal que contém todos os nutrientes necessários aos seres vivos, inclusive as fibras. “Apesar da quitina não ser digerida, essa fração tem papel fundamental no trânsito gastrointestinal dos alimentos”, conta Schickler, e destaca, contudo, que há alguns insetos comestíveis que podem causar alergias, assim como os frutos do mar, mas isso não é uma regra.

No Brasil, o assunto encontra-se em estágio embrionário. Os poucos produtos de insetos comestíveis são artesanais, para consumo animal e venda local. Entretanto, algumas espécies já são utilizadas há tempos na produção de alimentos industrializados, a exemplo das Cochonilhas, insetos conhecidos por atacarem plantações. Utilizados no desenvolvimento do corante natural carmim, são adicionados a inúmeros produtos, desde iogurtes e sorvetes a sucos, refrigerantes e biscoitos.

## PREMIAÇÕES E PALESTRAS

Dentre as atividades previstas para a comemoração ao Dia do Zootecnista (13 de maio) está o 3º Encontro de Zootecnistas. Adiado, por conta do isolamento social estabelecido pela pandemia do Covid 19, o evento deverá ocorrer de forma on-line, em data a ser estabelecida.

A programação de palestras abordará temáticas sobre produção orgânica de galinhas livres de gaiolas, carne bovina do futuro, bem-estar animal e a produção de insetos alimentícios.

O cronograma também incluirá a premiação a um zootecnista de destaque, que será agraciado com o Prêmio Luiz Alberto Fries, que passará a receber indicações de profissionais no início do mês de maio. O link para votação estará disponível no site do CRMV-SP.

A homenagem do Conselho representa o reconhecimento do importante e estratégico papel desempenhado pelos zootecnistas no agronegócio brasileiro e futuro alimentar do País e do mundo. ■

## Nova Comissão de Zootecnia e Ensino

Com o objetivo de centralizar e facilitar os trabalhos referentes a Zootecnia, o CRMV-SP dá posse a Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino, junção das comissões de Ensino da Zootecnia, e Zootecnia. A Comissão é composta pelo presidente Celso da Costa Carrer, doutor em Engenharia Agrícola, mestre em Medicina Veterinária com ênfase em Nutrição Animal, docente e coordenador de cursos da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA-USP); e pelos membros, Sílvia Robles Reis Duarte, analista de pesquisa e desenvolvimento do InVivo Nutrição e Saúde Animal; Willian Koury Filho, mestre e doutor em Zootecnia; Ricardo Firetti, pesquisador científico na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; e Soraia Marques Putrino, mestre e doutora em Zootecnia; além do membro suplente, Paulo Marcelo Tavares Ribeiro, doutor em Engenharia de Produção com ênfase em Gestão de Sistemas Agroindustriais e professor universitário.

Compete as comissões do CRMV-SP analisar assuntos de interesse das profissões, projetos de lei e outras legislações, propondo sugestões para o encaminhamento aos órgãos responsáveis, além de apresentar propostas para a realização de cursos, seminários e palestras nas respectivas áreas visando atualização e aprimoramento profissional. “Nossa principal expectativa é a de contribuir com a tomada de decisões do Conselho, em temas profissionais e de ensino, que dizem respeito a Zootecnia, de forma direta ou indiretamente”, diz Carrer.

# MÉDICOS-VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS SÃO PRIMORDIAIS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Classificadas como **serviços essenciais**, atividades médicas-veterinárias e zootécnicas **são fundamentais** para o abastecimento da população e a manutenção da saúde pública

**N**o momento de crise que o mundo atravessa por conta da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a atuação de médicos-veterinários e zootecistas tem se mostrado fundamental para garantir o funcionamento de importantes setores da economia.

Após o CRMV-SP enviar ofícios ao governador do Estado, João Dória, e ao Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann, as atividades médicas-veterinárias e zootécnicas ligadas a saúde animal e alimentação foram classificadas como serviços essenciais pela Deliberação 2 do Comitê Extraordinário Administrativo Covid-19, que lista os serviços que deverão continuar prestando atendimentos urgentes durante o período de isolamento social.

Além de oferecer cuidados médicos aos animais e apoiar o vínculo humano/animal, a atuação de médico-veterinário também está relacionada a produção de alimentos, em conjunto com os zootecistas, a fiscalização e inspeção de produtos de origem animal, a defesa agropecuária, a vigilância sanitária nacional e internacional, e ao controle de zoonoses. “Essas atividades são fundamentais para o abastecimento da população com alimentos em quantidade e sanidade ideais, e a manutenção da saúde pública”, afirma o presidente do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga.

Ciente de que o médico-veterinário tem formação em saúde, estando habituado ao conceito de Saúde Única (saúde animal, humana e do meio ambiente), além do vasto conhecimento sanitário que pode ajudar o País a superar a pandemia, o Ministério da Saúde solicitou ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) o cadastro de mais de 140 mil médicos-veterinários brasileiros que, em caráter emergencial, poderão ser recrutados para trabalhar no Sistema Único de Saúde (SUS), junto a profissionais de outras 13 categorias com atividades fim saúde.

Antes de qualquer convocação, os médicos-veterinários foram orientados a preencher o formulário eletrônico chamado Registra RH, disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Após a fase de validação de cadastro, os profissionais deverão passar por capacitação

**Dúvidas frequentes sobre recrutamento de médicos-veterinários para atuar no SUS**



[https://www.crmv-sp.gov.br/site/noticia\\_ver.php?id\\_noticia=7249](https://www.crmv-sp.gov.br/site/noticia_ver.php?id_noticia=7249)

obrigatória, por meio de um curso on-line. Os profissionais receberão certificado de conclusão e, só depois, poderão ser recrutados pelos gestores municipais e estaduais. “Caso a convocação realmente ocorra, deveremos cumprir o nosso papel e missão para com a Saúde Única”, ressalta Pulga.

**ATENDIMENTOS E HIGIENIZAÇÃO**

Aos profissionais que estão na linha de frente para que a população siga contando com o essencial, o Conselho alerta para a observação de todas as medidas preventivas, no âmbito sanitário e no que diz respeito à proteção pessoal contra o Covid-19.

Durante este período, é importante que os estabelecimentos redobrem a atenção com a higienização constante dos ambientes e cuidem para evitar aglomerações.

Nos consultórios, clínicas e hospitais, recomenda-se que os tutores evitem visitar os animais internados. Também é indicado que serviços que não são de urgência e emergência sejam reprogramados, evitando, assim, uma exposição desnecessária nesse momento crítico de propagação do novo Coronavírus.

A consulta a distância é proibida, conforme determina o Código de Ética do Médico-veterinário. O atendimento deve ser presencial, com a alternativa de ser realizado em domicílio, mas sempre que possível, de forma restrita, individualizada, reduzindo aglomerações.

A Vigilância Sanitária indica que seja usado o álcool 70% no atendimento clínico dos animais, substância com

alto poder de desinfecção. Para higiene pessoal do profissional, a recomendação é de manter o procedimento padrão de lavar as mãos e os antebraços com água corrente e sabão, antes e após os atendimentos. Disponibilizar, sempre que possível, álcool em gel. Nas cirurgias, manter o processo padrão de assepsia.

**ATENDIMENTOS DO CRMV-SP A DISTÂNCIA**

Durante o isolamento social, o atendimento presencial e por telefone do CRMV-SP, tanto da Sede quanto das Unidades Regionais de Fiscalização e Atendimento (Urfas) estarão suspensos, conforme as determinações das autoridades mundiais de saúde e do Governo do Estado para manutenção do isolamento social como forma de contenção do avanço da transmissão do Coronavírus. Toda a equipe do Conselho, entretanto, segue trabalhando em *home office* e novas medidas foram adotadas para manter o atendimento a empresas, médicos-veterinários, zootecnistas e à sociedade.

Poderão ser realizados pedidos de pré-inscrição (primária e secundária) de profissionais, pré-registro de empresas, transferências e reativações. Em decorrência da prorrogação do vencimento das anuidades do exercício 2020 para o mês de agosto, tanto para pessoas físicas, quanto para as jurídicas, concedida pela Resolução CFMV nº 1.314/2020, também poderá ser solicitada a reemissão de boletos. “Cumprimos o nosso dever junto aos médicos-veterinários, zootecnistas e à sociedade, em um momento tão delicado mundialmente como o que estamos atravessando”, afirma o presidente do Regional.

Demandas urgentes também podem ser atendidas pelas áreas por e-mail:  
 Coordenadoria Técnica Médico-Veterinária: [atmv@crmvsp.gov.br](mailto:atmv@crmvsp.gov.br);  
 Coordenadoria de Ética Profissional: [etico@crmvsp.gov.br](mailto:etico@crmvsp.gov.br);  
 Coordenadoria Jurídica: [juridico@crmvsp.gov.br](mailto:juridico@crmvsp.gov.br);  
 Setor de Multas: [multas@crmvsp.gov.br](mailto:multas@crmvsp.gov.br);

Setor de Registro de Empresas: [empresas@crmvsp.gov.br](mailto:empresas@crmvsp.gov.br); e Setor de Registro de Profissionais: [registroprofissional@crmvsp.gov.br](mailto:registroprofissional@crmvsp.gov.br).

**O ENSINO DURANTE A PANDEMIA**

O Ministério da Educação (MEC) publicou em março a Portaria nº 343, que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Covid-19”. O Sistema CFMV/CRMVs, em conformidade com o parecer do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), emitiu nota técnica na qual recomenda que as Instituições de Ensino Superior (IES) que ministram cursos de Medicina Veterinária observem os critérios para que o ensino ocorra a distância durante o período. A substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais deve ser “em caráter excepcional” e a portaria do MEC, entretanto, veda tal troca para “disciplinas relacionadas às práticas profissionais de estágios e de laboratório”. A orientação é que, neste momento de crise, os gestores e docentes médicos-veterinários façam uma análise das condições de oferta dos conteúdos aos alunos, bem como na definição da real possibilidade de continuidade (total ou parcial) da referida oferta e respectivo impacto na formação dos futuros profissionais. ■



**CURIOSIDADES SOBRE MEDICINA VETERINÁRIA LEGAL**

**Como o tráfico de animais pode ter contribuído para a epidemia do novo Coronavírus 2019-nCoV?**

Recentes pesquisas sobre o novo Coronavírus apontam para a possibilidade dessa zoonose ter surgido em morcegos e que o mamífero Pangolim, uma das espécies mais traficadas no mundo, tenha servido como hospedeiro intermediário. Cabe a classe veterinária não só colaborar no controle do crime de tráfico de animais como também auxiliar com recursos técnicos na prevenção da disseminação de doenças com potencial zoonótico.

# CRMV-SP BARRA DIPLOMAS FALSOS

Em 2019, foram efetuadas **3.667 inscrições** primárias de médicos-veterinários e zootecnistas. Entre as requisições recebidas, **um diploma falso foi identificado**

Todos os meses, o CRMV-SP recebe e analisa diversas solicitações e documentos de egressos de Medicina Veterinária e Zootecnia. É desta forma que o Regional combate a prática de uma minoria que lança mão de documentos falsos para obter o registro profissional.

Embora não existam números oficiais sobre falsificação de diplomas no Ministério da Educação (MEC), este tem sido um problema recorrente no Brasil. Em 2018, um grupo foi preso em São Paulo por vender diplomas falsos de Medicina Veterinária a um custo unitário de R\$ 70 mil. No mesmo ano, a Polícia Civil realizou uma operação de combate à emissão de diplomas falsos, batizada de Operação Nota Zero. Segundo a Polícia, nos últimos cinco anos, esse grupo teria emitido 350 mil diplomas e movimentado cerca de R\$ 700 milhões em fraudes.

Para frear este tipo de prática, o CRMV-SP tem tomado medidas bastante criteriosas. Antes de conceder o registro profissional, o Regional segue alguns trâmites e verifica se a documentação apresentada pelo egresso no ato do atendimento está regular. “Para dar entrada à inscrição profissional, os recém-formados nos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia devem comparecer à sede do Conselho ou em qualquer uma das nossas Unidades Regionais de Fiscalização e Atendimento (Urfas), portando os documentos necessários para a inscrição, dentre eles diploma reconhecido pelo MEC ou certificado de colação de grau, conforme Resolução CFMV nº 1.041/2013, Artigo 4º”, explica Geni Silva, coordenadora de Atendimento e Registro.

A cada solicitação recebida é realizada uma apuração das informações junto às faculdades. “As instituições de ensino enviam listas contendo o nome completo de todos os egressos. Esse é um recurso que possibilita a checagem da veracidade do diploma”, diz Geni.

É por meio de uma verificação rigorosa que os casos de diplomas falsos têm sido detectados no CRMV-SP. Em 2019, foram efetuadas 3.610 inscrições primárias (primeira via) de médicos-veterinários e 57 de zootecnistas. Deste total, apenas um diploma falso foi identificado no processo de inscrição

em Medicina Veterinária, advinda de uma instituição de ensino particular.

“No momento em que a pessoa foi requerer a inscrição profissional, notamos algo diferente no diploma apresentado. Ele estava diferente dos demais da mesma instituição de ensino. Constatamos a falsificação e imediatamente foi registrado um Boletim de Ocorrência (BO) junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo”, conta a coordenadora.

Geni Silva recorda que também já foi identificado problemas a partir da apresentação de certificado de colação de grau. “Quando a inscrição é feita com este tipo de documentação, aumenta-se a possibilidade de falsificação. Nestes casos, redobramos os cuidados”, alerta.

É importante destacar que os casos de exercício ilegal da profissional não são de competência do CRMV-SP. “Trata-se de uma contravenção penal, logo, as denúncias nesta área devem ser dirigidas à delegacia de polícia ou diretamente ao Ministério Público” alerta Silvana Basaglia Beringer, coordenadora de Ética Profissional. Somente os profissionais devidamente inscritos e ativos no Conselho para o exercício da profissão é que são submetidos a penalidades e processos ético-profissionais.

De acordo com o presidente do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga, o Regional está atento à triagem e verificação dos diplomas recebidos. “Temos uma equipe experiente quando se trata de checagem de documentos, capaz de garantir a legitimidade ao registro

do profissional e ao trabalho realizado pelo Conselho paulista”, afirma.

Mário pontua, ainda, que os conselhos de classe são importantes porque observam se o profissional exerce sua função da forma explicitada pela lei. “É nosso papel assegurar o exercício da profissão por profissional devidamente habilitado, impor multas quando necessário e até mesmo cassar o registro daqueles que cometem irregularidades. A atividade de fiscalização preserva a sociedade dos maus profissionais e proporciona segurança para todos que necessitam de seus serviços.”

### DIPLOMA DIGITAL

O MEC lançou recentemente o programa Diploma Digital para emissão digital de diplomas de nível superior e está prevista nas Portarias n.º 330/2018 e 544/2019. A partir de janeiro de 2022, todas as instituições públicas e privadas deverão emitir o documento de graduação digital em substituição ao papel tradicional. A medida visa diminuir o tempo de espera dos alunos pelo diploma – que estará disponível em até 15 dias – e também no combate a falsificação, uma vez que a transmissão dos dados é garantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

Todo o processo de emissão e registro do diploma foi testado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo o MEC, o custo do diploma físico é de R\$ 390,26 por estudante e será reduzido para R\$ 85,15 com a versão digital. ■



**As instituições de ensino nos enviam listas contendo o nome completo de todos os egressos. Esse é um recurso que possibilita a checagem da veracidade do diploma.**

**Geni Silva**

Coordenadora de Atendimento e Registro do CRMV-SP

## LEISHMANIOSE VISCERAL: MÉDICOS-VETERINÁRIOS **TÊM PAPEL FUNDAMENTAL NA PREVENÇÃO**

Em 2019, o Ministério da Saúde contabilizou  
2.266 casos da doença em humanos

A incidência da leishmaniose visceral em humanos e em cães tem sido uma preocupação no Brasil. Em fevereiro, foram confirmados dois novos casos em humanos em Dracena (SP), sendo que uma das vítimas morreu em decorrência da doença. Em Marília (SP), também houve a primeira notificação do ano. Em 2019, o Ministério da Saúde (MS) contabilizou 2.266 casos da doença em humanos, sendo que o número de mortes ainda está em apuração. No Estado de São Paulo, 85 pessoas foram infectadas no ano passado, das quais 10 foram a óbito.

Os dados oficiais não dispõem da incidência em cães, reservatórios da doença em zonas urbanas – enquanto em áreas verdes os reservatórios são espécies de roedores, marsupiais e pequenos mamíferos. No Estado de São Paulo, apenas alguns municípios contabilizam os casos em animais. Em Presidente Prudente, por exemplo, o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) divulgou balanço de 2019 com o total de 337 casos positivos de leishmaniose visceral canina (LVC) na cidade. O número representa um aumento de 28,13% em comparação ao registrado no ano anterior (263).

“A leishmaniose visceral é uma doença negligenciada. É uma doença endêmica em 76 países e, no continente americano, a zoonose é descrita em pelo menos 12. Na América Latina, 90% dos casos ocorrem no Brasil.”, enfatiza o médico-veterinário Mário Ramos de Paula e Silva, membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP.

### DÉFICIT SOCIAL AUMENTA RISCOS

A leishmaniose visceral é uma zoonose causada pelo protozoário (*Leishmania infantum*) e o contágio se dá por meio da picada do mosquito palha (*Lutzomyia longipalpis*) contaminado. Paula e Silva argumenta que alguns padrões de transmissão estão sendo alterados e há maior predisposição na área urbana.

“A letalidade aumenta entre vítimas imunodeprimidas e a tendência é a taxa crescer, se não forem tomadas medidas intensivas”, diz o médico-veterinário, que atribui a situação, principalmente, a más condições imunitárias dos animais e dos seres humanos, relacionando-as diretamente aos problemas nutricionais e de sanidade vivenciados por populações

socialmente vulneráveis. O fator, porém, não anula a possibilidade de infecção de pessoas saudáveis.

### MÉDICOS-VETERINÁRIOS PRECISAM ORIENTAR A POPULAÇÃO

O cenário é prova de que é preciso conscientizar a sociedade para a prevenção com ações em diferentes esferas.

“Além do poder público, os médicos-veterinários também têm o papel de orientar os tutores dos animais para evitar a doença”, enfatiza Paula e Silva. O profissional se refere à conscientização da população quanto à necessidade de manter os quintais livres de folhas, fezes dos animais e outros resíduos, bem como a limpeza de galinheiros e chiqueiros, caso haja criação. “É preciso informar que o mosquito palha é um vetor que se prolifera em ambientes com matéria orgânica.”

Já no que diz respeito à saúde dos cães, Paula e Silva esclarece que os tutores precisam ser alertados sobre as condutas a serem tomadas com os animais. “Com a saúde em dia, bem nutridos, mantidos em ambientes limpos e com proteção com coleira à base de deltametrina, as chances de contágio são menores.”

### TRATAMENTO E PREVENÇÃO

Para os seres humanos, há um protocolo para tratamento estabelecido pelo MS. Já para os cães, existe uma única substância permitida no Brasil, a Miltefosina, registrada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No entanto, há ressalvas para o tratamento de animais com a doença.

“A bula do produto informa que não existe cura parasitológica para a LVC e que o declínio da carga parasitária no cão diminuirá o potencial de infecção dos mosquitos. Portanto, a possibilidade de transmissão da doença permanece, ainda que reduzida”, sinaliza Leonardo Burlini Soares, coordenador técnico médico-veterinário do CRMV-SP.

O profissional aponta também para a menção, na bula, de restrições para animais com insuficiência hepática, renal ou cardíaca. “Nesses casos, o medicamento somente deverá ser administrado após uma avaliação de risco/benefício realizada por um médico-veterinário.”

A utilização de produtos para repelir o flebotomíneo é indispensável

paralelamente ao tratamento e, também, após a alta médica, por toda a vida do animal.

Cabe frisar, ainda, que, conforme o Mapa e o MS, o tratamento de cães com LVC não se configura como uma medida de saúde pública para controle da doença. Em prol da saúde pública, é preciso que haja compreensão de que, atualmente, a eutanásia ainda é a única alternativa em situações nas quais o animal não pode ser tratado com o produto registrado no Mapa.

### VACINAÇÃO

O mercado dispõe de vacina contra a leishmaniose visceral canina. Antes da imunização, é preciso fazer a sorologia para ver se o animal não é reagente para a doença.

A vacinação deve ser feita anualmente e as documentações bem guardadas pelo tutor para comprovações. “Antes de qualquer decisão, em caso de dúvidas, converse com o médico-veterinário do seu animal”, afirma Soares. ■

### O CONTROLE DA LEISHMANIOSE VISCERAL REQUER:

- ▶ Conscientização sobre a posse responsável aos tutores;
- ▶ Controle da população canina não domiciliada;
- ▶ Monitoramento e controle químico do mosquito transmissor;
- ▶ Manejo ambiental;
- ▶ Realização de exame sorológico antes da aquisição de cães;
- ▶ Uso de telas do tipo malha fina em canis;
- ▶ Limpeza dos ambientes interno e externo das residências.



# BOAS PRÁTICAS VETERINÁRIAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS DE SAÚDE ANIMAL

**Destino dado** a estes produtos é **crucial** para garantir a Saúde Única

**D**urante a rotina profissional, o médico-veterinário lida diretamente com uma infinidade de produtos químicos e biológicos, destinados à prevenção, diagnóstico, cura ou tratamento de doenças em diferentes espécies, como vacinas, antissépticos, desinfetantes e pesticidas. O destino dado aos resíduos gerados é crucial para garantir a Saúde Única – das pessoas, dos animais e do meio ambiente.

A Resolução CFMV nº 1.138/2016, que aprova o Código de Ética, regula os direitos e deveres do médico-veterinário em relação à comunidade, ao cliente, ao paciente, a outros colegas de trabalho e ao meio ambiente. “O profissional que não cumprir as orientações contidas no documento estará sujeito a infrações éticas e à responsabilidade civil e criminal”, alerta o médico-veterinário Marco Antonio Crescimanno de Almeida, membro da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP.

Em 2019, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) lançou um guia para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde Animal (PGRSSA), que busca orientar profissionais e registrar o comprometimento da Medicina Veterinária para com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental.

“O objetivo deste documento é minimizar a geração de resíduos e proporcionar um encaminhamento seguro às substâncias geradas de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores e à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente”, explica a médica-veterinária Elma Pereira dos Santos Polegato, presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP,

membro da Comissão Nacional de Meio Ambiente do CFMV e uma das idealizadoras do conteúdo da cartilha.

## PRÁTICAS VETERINÁRIAS QUE GERAM RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)

Cabe ao médico-veterinário responsável técnico (RT) a elaboração do PGRSSA, obedecendo a critérios técnicos, legislação ambiental, normas de coleta e transporte dos serviços locais de limpeza urbana. A elaboração do Plano deve seguir as seguintes etapas:

1. Levantamento dos resíduos produzidos;
2. Classificação de acordo com os grupos de resíduos;
3. Segregação (separação) e quantificação de cada tipo de resíduo;
4. Acondicionamento temporário em recipientes adequados;
5. Identificação com os símbolos constantes nas Normas Regulamentadoras (NRs);
6. Coleta interna;
7. Acondicionamento, identificação e armazenamento externo;
8. Coleta e transporte por prefeituras/empresa com licença sanitária e ambiental;
9. Tratamento externo;
10. Disposição final em aterro sanitário ou aterro sanitário classe 1 (resíduos perigosos).

Elma conta que dependendo do tamanho do estabelecimento veterinário e dos serviços oferecidos, pode haver a necessidade de tratamento interno, ou seja, no próprio estabelecimento, como é o caso da existência de laboratório de microbiologia, sendo as

culturas de microorganismos obrigatoriamente tratadas por autoclavagem, uso de micro-ondas ou incineração. “Essas tecnologias alternativas de tratamento de RSS permitem um encaminhamento dos resíduos tratados para o circuito normal de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), sem qualquer risco à saúde pública.”

## RESÍDUOS NÃO CONSIDERADOS RSS

No caso de pet shops, há também a geração de resíduos, porém a maioria deles não é considerada RSS. Nestes estabelecimentos podem-se adotar medidas sustentáveis simples e viáveis, fáceis de serem incorporadas aos serviços prestados e que podem ser lucrativas, além de cumprirem com a legislação ambiental.

Evitar desperdício pela padronização de quantidade de xampu, de acordo com o tipo de serviço e porte do animal, é uma delas. “Usar modelos econômicos de duchas para banho, com mangueiras de acionamento fácil, e instalar células de aquecimento solar para esquentar a água de banho dos pets e economizar energia elétrica, são práticas simples que contribuem muito para com o meio ambiente”, ensina a presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP.

“Oferte aos clientes produtos sustentáveis, como as ‘ecofraldas’ para fêmeas no cio ou animais debilitados, produtos duráveis biodegradáveis e feitos a partir de materiais orgânicos e reciclados, como cosméticos, roupas, coleiras, acessórios, materiais de limpeza e casinhas”, ensina Elma Polegato.

## ELABORAÇÃO DO PGRSSA

Muitas dúvidas podem surgir no momento da elaboração do PGRSSA, até porque, na área veterinária, existem

especificidades em relação a procedimentos, como por exemplo, na profilaxia vacinal. Existem vacinas inativas cujo frasco, em contato com imunobiológico, é considerado resíduo do grupo B (resíduo químico, veja Quadro 1) e vacinas de microorganismos

vivos, como a vacina para brucelose, cujo frasco é considerado resíduo do grupo A (resíduo biológico).

Está na dúvida sobre como proceder? Elma Polegato diz que a resposta é sempre considerar primeiro a classificação do

resíduo que é mais perigoso e, em seguida, preservar a saúde dos profissionais envolvidos no manejo e coleta, fazendo o acondicionamento em recipientes rígidos. Para outras informações, entre em contato com o CRMV-SP pelo telefone (11) 5908-4799. ■

**Quadro 1.** Classificação, símbolo e acondicionamento de alguns resíduos gerados em procedimentos veterinários

Resíduo	Classificação	Símbolo na embalagem	Acondicionamento
Papel/jornal/pano sujo de fezes	Grupo D não reciclável		
Placenta, vísceras, útero, testículos, natimorto	Grupo A		
Agulhas	Grupo E		
Seringas	Grupo E		
Equipo de soro	Grupo A ou B	A =  B =  +	
Frasco de soro	Grupo D reciclável ou B (substância perigosa)	D =  B =	
Scalp	Grupo E		
Fios de sutura	Grupo A ou D	A =	A D
Algodão, gaze, luvas	Grupo A ou D não reciclável	A =	A D
Pelos da tricotomia	Grupo D não reciclável		
Frasco pré-anestésico	Grupo B		
Frascos de vacina de microrganismo vivo	Grupo A		
Frascos de vacina inativada	Grupo B		
Lâmina de tricotomia	Grupo E		

Fonte: Elma Polegato (2019)

**Quadro 2.** Resíduos gerados nos serviços em pet shops, classificação e destinação adequada

Serviço	Resíduo	Classificação/destinação
Comércio de animais e produtos veterinários	Papel, papelão, plásticos	D reciclável
Higienização do animal	Algodão Fraldas descartáveis Fracos de produtos veterinários Fracos de produtos biodegradáveis Fezes Lâminas Papel higiênico Pelos Unhas	D não reciclável D não reciclável B resíduo químico D reciclável Sistema de esgoto E perfurocortante D não reciclável D não reciclável * D não reciclável
Higienização do ambiente	Alumínio Jornal ou papelão com fezes Papelão Papel higiênico usado Recipientes de saneantes e desinfetantes  Sobras de alimentos/ração Varrição Vidro	D reciclável D não reciclável D reciclável D não reciclável B (embalagem primária) ou D reciclável (embalagem secundária) D não reciclável D não reciclável D reciclável

Nota: \* Pelos de animais podem ser reciclados e utilizados na produção de roupas para pets, porém os procedimentos de coleta e armazenamento são diferenciados.  
Fonte: Elma Polegato (2019)

Acesse o guia do CFMV para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde Animal (PGRSSA)



<http://portal.cfmv.gov.br/uploads/files/cartilha-pgrssa.pdf>



# E-SISBRAVET: SISTEMA DO MAPA AGILIZA ATENDIMENTOS DE **EMERGÊNCIAS VETERINÁRIAS**

Ferramenta visa proteger **pecuária nacional**  
e a **saúde pública**

Já está em funcionamento o novo Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária (e-Sisbravet), ferramenta lançada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que permite a notificação, atendimento e acompanhamento, pela internet, de medidas adotadas em uma situação de emergência veterinária e de suspeita de doenças em animais.

De acordo com o Mapa, além de colocar fim aos formulários de papel, reduzindo a burocracia, o novo sistema permitirá a realização de estudos epidemiológicos e o gerenciamento da vigilância agropecuária do País. Foram investidos aproximadamente R\$ 2 milhões no desenvolvimento do e-Sisbravet.

O médico-veterinário Odemilson Donizete Mossero, vice-presidente do CRMV-SP e presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do Conselho, acredita que o e-Sisbravet irá ampliar a capacidade de vigilância agropecuária e agilizar os processos e tomadas de decisão, além de reduzir os custos para os produtores e o risco da perda de mercados externos. “Os médicos-veterinários de todo o País poderão abastecer o sistema com informações sobre a detecção e atendimento de doenças dos rebanhos com rapidez. Essa medida contribuirá fundamentalmente para que as autoridades sanitárias desenvolvam novas políticas públicas de ação”, afirma.

Cláudio Regis Depes, médico-veterinário da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo e membro da Comissão Técnica de Saúde Animal, diz que a ferramenta contribui para a organização do sistema sanitário nacional e serve como referência para o trabalho diário dos médicos-veterinários que atuam na área de animais de produção. “O e-Sisbravet agiliza os procedimentos de trabalho, contribuindo para a saúde pública, pecuária e de proteção ao meio ambiente, e fortalecendo o serviço veterinário brasileiro”, complementa.

O sistema será integrado com a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), ou seja, com todos os serviços de defesa agropecuária (federal, estadual e da iniciativa privada). Inicialmente, serão feitas notificações apenas de animais de produção (bovinos, suínos e aves, por exemplo), sem a inclusão de cães e gatos (animais domésticos). No futuro, poderão ser incluídos os animais aquáticos.

As notificações poderão ser feitas através de um link na página do site do

Mapa (<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisbravet/manterNotificacao!abrirForm!internet.action>) e nos sites próprios de cada um dos órgãos executores de sanidade agropecuária (OESAS). As comunicações serão direcionadas imediatamente às Unidades Veterinárias Locais (UVL) que atuam na área onde fica a propriedade com caso suspeito.

A ideia de criar o sistema surgiu após o registro de casos de febre aftosa, em 2006, em Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Mossero enfatiza que muitas doenças podem causar sérios impactos na produção animal e, conseqüentemente, na saúde humana, por isso, o diagnóstico rápido é essencial. “A agilidade nas informações é capaz de impedir ou erradicar a propagação de doenças. Essas medidas protegem a saúde pública e a pecuária nacional”.

### COMO FAZER AS NOTIFICAÇÕES

O e-Sisbravet permite que qualquer cidadão registre uma notificação por meio da utilização de aparelhos com acesso à internet, como celular, *tablets* e computadores. Não é preciso se cadastrar para ter acesso ao sistema e nem fornecer dados pessoais.

Para realizar a notificação é necessário identificar as espécies acometidas, os sinais de doença observados e se foi realizado teste laboratorial. Também é necessário identificar o local em que os animais se encontram. É possível fazer *upload* de arquivos com resultado laboratorial, se houver.

A partir da notificação, o Mapa e o Serviço Veterinário Estadual, no caso a Coordenadoria de Defesa Agropecuária, deverão tomar as providências cabíveis e,

caso necessário, fazer a investigação, inspeção *in loco*, colheita e envio de material a laboratório, de forma a conter e controlar a erradicação da enfermidade notificada.

Fábio Alexandre Paarmann, auditor fiscal federal agropecuário do Mapa e membro da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP, reforça que o médico-veterinário tem papel fundamental de zelar pela saúde dos animais e das pessoas, tanto individualmente quanto coletivamente. “É com base nessas premissas que surge a importância de notificar enfermidades para as autoridades competentes. A necessidade da notificação e o dever de fazer esse tipo de comunicação estão descritos de diversas formas na legislação nacional e no Código de Ética do Médico-Veterinário”, diz.

Outra funcionalidade do sistema é o gerenciamento das notificações. Cada uma delas é registrada e analisada por um médico-veterinário do Serviço Oficial e tratada conforme os protocolos existentes para cada caso. “Todas as ações realizadas ficam registradas no sistema, permitindo a revisão do histórico de cada notificação”, frisa Paarmann.

É importante que os médicos-veterinários utilizem a nova ferramenta do Mapa e que conheçam a lista de doenças de notificação obrigatória. “Ao inserir dados no sistema, os profissionais farão muito mais do que cumprir com seu dever, estarão contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas, para a erradicação de doenças, para a preservação da produção pecuária nacional e para o abastecimento da população”, reforça o integrante da Comissão Técnica de Saúde Animal.

### NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A lista de doenças de notificação obrigatória é estabelecida pelo Mapa, na Instrução Normativa nº 50, de 2013. [Acesse aqui](#).

Em caso de dúvidas, o interessado deve entrar em contato com a unidade mais próxima do Serviço Veterinário Oficial. É possível consultar na internet a lista de endereços das unidades veterinárias em funcionamento em todo o País.

### ACESSE O SISBRAVET





# SAIBA **COMO LUCRAR** COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

**Crescimento econômico e sustentabilidade** podem percorrer o mesmo caminho nas diretrizes do seu negócio

**A**dotar práticas sustentáveis pode ir além da nobre escolha de proteger o meio ambiente. Ela pode, também, ser um meio para a redução de custos de produção e do valor final dos produtos, contribuindo para a consolidação da marca.

Para lucrar mais adotando práticas sustentáveis, a organização precisa equilibrar os aspectos econômico, social e ambiental da empresa. “Quando se tem esse nivelamento, algumas ações referentes a consumo eficiente de água, energia e matéria-prima tendem a diminuir os custos e, conseqüentemente, aumentar o faturamento”, explica Dòrli Terezinha Martins, consultora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP).

É importante zerar o desperdício e passar a fazer manutenções preventivas, afinal, máquinas e equipamentos ajustados consomem menos energia. O mesmo se aplica ao consumo de água. “Pequenas mudanças podem significar uma economia considerável no final do mês. Evite vazamentos e reaproveite a água da chuva”, orienta a consultora.

Dòrli conta que normalmente as empresas não avaliam seus processos

e continuam operando durante anos da mesma forma, sem observar que existem tecnologias e matérias-primas que podem simplificar técnicas de trabalho. “São medidas simples, mas que podem gerar uma economia de 25% a 30% nas contas”, afirma.

## **COLETA SELETIVA E REDUÇÃO DE PLÁSTICO E PAPEL**

Há mais de dez anos, a Vetnil, empresa de produtos veterinários, se dedica a desenvolver ações sustentáveis simples junto a seus colaboradores, como coleta seletiva de lixo e substituição de copos plásticos descartáveis por canecas e garrafas. “Nossos funcionários são constantemente conscientizados e cobrados da importância destas ações. Além de atender as legislações em vigor e reduzir custos, queremos criar uma cultura organizacional de sustentabilidade”, conta Giuliana Ribeiro, responsável pelo departamento de marketing da Vetnil.

Recentemente, a empresa desenvolveu um aplicativo cujo objetivo é reduzir ainda mais o consumo de papel dentro da organização, chamado “Meu RH”. Com ele, os

colaboradores terão acessos a documentos de forma digital, sem que haja a necessidade de impressões. “Também iremos implementar um sistema eletrônico no setor da Garantia de Qualidade, que visa reduzir, aproximadamente, 50% do papel utilizado”, diz Giuliana.

## **COMPROMETIMENTO E PARCERIAS**

Para que a implementação de ações sustentáveis seja satisfatória é imprescindível que a diretoria esteja comprometida em promover as mudanças necessárias. Isso porque é a alta administração que propicia a melhora contínua das questões ambientais por meio da previsão, priorização e distribuição de recursos (humano, financeiro e material).

Dòrli do Sebrae-SP reforça que as empresas do ramo veterinário podem, ainda, buscar parcerias ou apoios sócio-ambientais que venham a melhorar o entorno onde a empresa está inserida, como participar de campanhas de castração autorizadas junto ao CRMV-SP, e de ações de doação de animais, assim como propor e incentivar a guarda responsável e a coleta seletiva, entre outras temáticas. ■



Conselho Regional de Medicina Veterinária do  
Estado de São Paulo

### COMUNICADO

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário na 85ª Sessão Especial de Julgamento, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0056/2015, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no artigo 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário BRUNO JOSÉ PESTANA SALGADO, inscrito neste Regional sob o nº 16.012-VP, pela violação aos artigos 13, inciso IX e 14, inciso I, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 722/2002).

Méd.-vet. Mário Eduardo Pulga  
CRMV-SP nº 02715  
Presidente

### COMUNICADO

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário na 75ª Sessão Especial de Julgamento, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0122/2013, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no artigo 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária CÍNTIA SANTOS DE OLIVEIRA, inscrita neste Regional sob o nº 29.247-VP, pela violação aos artigos 8º, inciso XI e 9º, incisos I, III e V, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016).

Méd.-vet. Mário Eduardo Pulga  
CRMV-SP nº 02715  
Presidente

### Serviço

As informações referentes a **lista de inscrições e movimentação de profissionais** estão disponíveis no site [www.crmvsp.gov.br](http://www.crmvsp.gov.br)



Janeiro a Março de 2020	Resumo (R\$)
<b>SALDO BANCÁRIO INICIAL</b>	<b>22.139.973,80</b>
<b>Receitas</b>	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	19.653.360,67
Multas p/ Infração	44.238,14
Honorários Advocaticios	76.449,68
Ressarcimentos	626,71
Rentabilidade Aplicações	264.416,24
<b>Total Receitas</b>	<b>20.039.091,44</b>
<b>Despesas</b>	
Salários/Férias/13º Salário	1.612.704,61
Benefícios/Encargos	1.320.379,84
Material de Consumo	11.555,64
Aluguéis/Condomínios/IPTU/Seguros	283.981,39
Telefone/Energia Elétrica/Água	38.952,98
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	145.210,93
Disp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	67.954,08
Auxílio Representação	600,00
Auxílio Despesas	23.220,00
Serviços de Terceiros	164.147,84
Manutenção e Conservação de Bens	16.350,29
Suprimentos Delegacias e Fiscais	27.534,38
Serviços de Informática	73.167,98
Indenizações e Restituições	2.094,06
Repasso Honorários Advocaticios	41.167,97
Disp. Ações Executivas	16.903,82
Serviços Postais e Telegráficos	302.120,68
Serviços Divulgação e Publicidade	97.290,43
Impostos/Taxas/Tarifas/Pedágio	3.027,06
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	30.690,00
Cota Parte CFMV	4.944.989,95
Despesas Bancárias	133.302,43
Compra de Bens	10.749,80
<b>Total Despesas</b>	<b>9.368.096,16</b>
<b>SALDO BANCÁRIO FINAL</b>	<b>32.810.969,08</b>
<b>Composição Saldo Bancário</b>	
Bco Brasil - BB CDB DI	16.567.239,61
Bco Brasil - Capitalização	300.000,00
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	71.316,20
CEF - CDB FLEX	15.837.779,80
CEF - Santa Cruz	34.633,47
<b>Total</b>	<b>32.810.969,08</b>

# Pet VET

Cuidado que se  
mede em resultados.

A PET VET é o mais completo  
evento de medicina veterinária  
da América Latina.

**+50** MARCAS  
EXPOSITORAS

**+8.500** VISITANTES

**+6.500** M<sup>2</sup> DE ÁREA  
DE NEGÓCIOS

NOVA DATA  
**04-06**  
**NOV.**  
**2020** +  
SÃO PAULO EXPO

**+24**  
HORAS DE  
CONTEÚDO

O MAIOR CONGRESSO DE  
MEDICINA VETERINÁRIA VEM  
COM MUITAS NOVIDADES!

CONGRESSO  
LATINO AMERICANO

04-06 NOVEMBRO

# Pet VET

**+90**  
PALESTRAS

**20** ESPECIALIDADES  
COM OS MELHORES  
NOMES DO MERCADO

FAÇA PARTE DESSE ENCONTRO  
E VEJA OS MAIORES ESPECIALISTAS!

ACESSE NOSSO SITE E VEJA TUDO O QUE  
VOCÊ VAI ENCONTRAR NO EVENTO.

[petvetexpo.com.br](http://petvetexpo.com.br)

   @petvetexpo

Organização e Promoção

aliança Global

Parceiro de Conteúdo

